ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na EB 2,3 de Vialonga, sita na rua Gago Coutinho, em Vialonga, pelas 9h30, do dia 2014/12/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 27/2014, da reunião de câmara extraodinária e pública de 2014/11/27			Aprovação
2	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo - Parecer			Conhecimento
3	8ª alteração ao orçamento municipal, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014			Aprovação
4	Expropriação amigável do prédio urbano e Restaurante Katequero, sitos na estrada da Vala do Carregado, no âmbito das obras de regularização do Rio Grande da Pipa			Aprovação
5	Expropriação de terrenos em Bom Sucesso / Arcena no âmbito do Programa PROQUAL - Parcela nº 6	Sociedade de Construções Cruz & Francisco, Ldª	Alverca do Ribatejo	Aprovação
6	Abertura de procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Técnico Superior (área de Direito)			Aprovação
7	Contrato-programa para a instalação da Unidade de Saúde de Alhandra - Devolução de verba	ARSLVT	Alhandra	Aprovação
8	Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em nível de baixa tensão normal (BTN) em regime de mercado, ao sistema de iluminação pública do município - Minuta do contrato	EDP Comercial - Comercialização de Energia, SA		Aprovação
9	Apoio recebido relativo ao processo 0009/PAC/13 - Devolução	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional		Aprovação
10	Moção - Sobre o Orçamento de Estado para 2015			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na EB 2,3 de Vialonga, sita na rua Gago Coutinho, em Vialonga, pelas 9h30, do dia 2014/12/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Museu da Tauromaquia - Programa funcional e cronograma			Aprovação
12	Orçamento Participativo 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015 - Ponto de situação atualizado			Análise
13	Orçamento Participativo 2015 - Normas de participação			Aprovação
14	Proposta nº 4 - Centro Cultural do Bom Sucesso - Dotação de equipamentos		Alverca do Ribatejo	Análise
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
15	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
16	Receção definitiva das obras de urbanização e cancelamento da hipoteca sobre o lote 15 do loteamento dos Enxofrais - Granja	Maria Manuela Martins Lobo da Costa Simões	Vialonga	Aprovação
17	Receção definitiva das obras de urbanização e redução da caução do loteamento da Terra da Fonte e Pedreira	Andreia Denise Lopes Ribeiro Feijão	Cachoeiras	Aprovação
~~18~~	~~Receção provisória das obras de urbanização e redução da caução do loteamento da Raposeira, Verdelha de Baixo~~	~~Malonga - Construções, SA~~	~~Forte da Casa~~	~~Aprovação~~
19	Receção provisória das obras de urbanização e redução da caução do loteamento da Raposeira, Olival dos Currais	Malonga - Construções, SA	Forte da Casa	Aprovação
20	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 192 do loteamento Casal do Álamo	Nazaré Pequito cabeça de casal da herança de João Marques Batista	S. João dos Montes	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na EB 2,3 de Vialonga, sita na rua Gago Coutinho, em Vialonga, pelas 9h30, do dia 2014/12/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
21	Retificação da deliberação tomada em 2014/12/03 - Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre a fração "A" do lote 39 do loteamento Panasqueira I	José Vicente dos Santos Reis	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
22	Requalificação urbana e recuperação do muro cais da zona ribeirinha de Vila Franca de Xira - Auto de vistoria e liberação de 15% das garantias	Sanestradas - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
23	Jardins do Arroz - Passeio ribeirinho - Auto de vistoria e liberação de 15% das garantias	Santos Aparício - Construção Civil e Obras Públicas, Ldª	Vila Franca de Xira	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
24	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
25	Legislação síntese			Conhecimento
26	Pagamentos autorizados			Conhecimento
27	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
28	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Rosa Maria Lopes Pacheco		Aprovação
29	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Técnico (Vigilante Rececionista) - Recrutamento			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na EB 2,3 de Vialonga, sita na rua Gago Coutinho, em Vialonga, pelas 9h30, do dia 2014/12/30

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
30	Exercício do direito de preferência sobre a fração "A", sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 6, r/c dtº (antiga rua C, lote 16, r/c dtº), bairro da Chepsi	CHEPSI, CRL	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
31	Exercício do direito de preferência sobre a fração "A", sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 8, r/c dtº	Barclays Bank PLC	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
32	Exercício do direito de preferência sobre a fração sita na praceta Fernando Namora, nº 1, 2º esqº	João Luís de Almeida Lopes	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
33	Exercício do direito de preferência sobre a fração sita na rua José Dias da Silva, nº 70, 1º A	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	Vila Franca de Xira	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
34	Workshop integrado na BF14	Instituto Português de Fotografia		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
35	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/12/30

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas 9h30, na EB 2,3 de Vialonga, sita na rua Gago Coutinho, em Vialonga, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: ----------

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. António José Sequeira Félix; ----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. José António da Silva de Oliveira; ----------

. Ernesto Simões Ferreira; ----------

. Maria de Fátima Pires Antunes; ----------

. Vítor Manuel Jorge da Silva. ----------

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Vítor Manuel Jorge da Silva e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. ----------

---

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h50, durante o período antes da ordem do dia. ----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Isabel Maria Gaião Moreira, Coordenadora Técnica. ---

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 002
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

. Adjuntos

Mário Nuno Duarte

Jorge Zacarias

. Técnico Superior

Dr. Renato Gonçalves

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

. Adjuntos

Dr. Alexandre Sargento

Adão Conde

. Secretária

Fernanda Gomes

. Assessoria

Bruno Oliveira

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

. Técnica Superior

Drª Ana Coelho

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS

. Coordenadora

Drª Isabel Araújo

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA

. Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno

. Técnica Superior

Drª Cristina Pereira

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

. Diretor

Arqtº Nuno Santos

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

. Diretora

Engª Rosário Ferrão

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas----------

Engº Clemente Rocha ----------

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA----------

. Diretora----------

Drª Maria de Fátima Faria Roque ----------

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL----------

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público ----------

Arqtª Catarina Conde ----------

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social----------

Drª Ana Carla Costa ----------

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA----------

. Técnica Superior----------

Arqtª Vitória Cochicho ----------

OUTRAS PRESENÇAS----------

. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga----------

. Diretor da Escola EB 2,3 de Vialonga – Prof. Nuno Santos ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA NA EB 2,3 DE VIALONGA----------

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, bem como o professor Nuno Santos, a quem dá uma palavra de agradecimento pelo acolhimento que faz hoje na sua escola. Agradece pois ao diretor, professor Nuno Santos, deste agrupamento de escolas de Vialonga, o facto de ter recebido os presentes para a realização desta reunião de câmara. ----------

Neste mandato têm-se vindo a fazer algumas reuniões em escolas, justamente para, por um lado, referir a importância da escola pública naquilo que é a formação e o desenvolvimento dos alunos, dando a mesma um passo importante nesse sentido. A câmara municipal acredita e tem a certeza que a escola pública é uma opção de grande qualidade, no entanto há dificuldades, e o facto de se ter vindo à EB 2,3 de Vialonga é justamente para chamar à atenção, mais uma vez, para as dificuldades e necessidades que esta escola tem.----------

Tem-se feito em variadíssimos momentos, é necessário continuar a insistir e a reforçar, chamando à atenção para esta situação, e a presença da câmara municipal, com todo o gosto, tem também a ver com esse facto. ----------

Tem sido feito um esforço bastante grande a nível das escolas do concelho, nomeadamente as que são da responsabilidade da câmara municipal, mas também nas que não são, e é esse trabalho que se vai continuar a fazer. Têm sido feitas reuniões, não só com a Parque Escolar, como com a DGEstE, para identificar muitas das dificuldades que existem, que têm de ser resolvidas.----------

Portanto, o professor Nuno Santos pode contar consigo, bem como com toda a vereação, para ajudar no que se puder para que esta escola um dia tenha as condições que quem nela trabalha, sobretudo os alunos, necessitam e merecem. ---

Uma das grandes obras que se vão fazer neste mandato tem a ver, justamente, com a nova EB 1, nº 2 de Vialonga, uma necessidade de há muitos anos a esta parte, e que faz parte deste agrupamento também. Por isso, crê que quando entrar em funcionamento será um marco importante para aquilo que é necessário fazer. --

Está em elaboração a carta educativa, que num período bastante alargado vai identificar aquilo que é necessário fazer, e conta-se com a colaboração de todos

aqueles que fazem parte do grupo de trabalho, mas, de uma forma muito mais alargada, da população em geral, para ajudar naquilo que é a identificação dos problemas que se têm. ----------

Começou-se por um compromisso que se assumiu para a substituição das coberturas de fibrocimento nas escolas da responsabilidade da câmara municipal, e vai-se concluir este ano, sendo que já se está a reportar a 2015, que está à porta. Desta forma, vai-se fazendo o trabalho que é necessário fazer, tendo em conta quem trabalha nas escolas e, como referiu, sobretudo os alunos. ----------

De seguida, dá a palavra ao Sr. Presidente da junta, para saudações ou para colocar qualquer outra questão que bem entenda. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, cumprimentando todos os presentes, dizendo que pensa que se vai fechar o ano com "chave de ouro" ao fazer esta reunião na EB 2,3, dizendo ao professor Nuno Santos, como disse o Sr. Presidente, que pode contar com a junta de freguesia, como tem sido sempre o seu papel de colaboração e apoio.----------

Espera que todos tenham passado um bom Natal, e deseja um bom ano de 2014.---

Relativamente às questões que gostaria de colocar, o Sr. Presidente falou, e bem, que a câmara municipal iria retirar as telhas de fibrocimento nas escolas da sua responsabilidade, e está-se numa sala ideal para, ao olhar para trás, ver que todas as crianças dentro desta escola brincam debaixo de telhas de fibrocimento, muito velhas e partidas, e é preciso uma recuperação urgente.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, como todos já devem ter reparado, há um equipamento novo de gravação das reuniões, que espera funcione melhor do que o anterior, que já tinha o seu tempo e teve que ser substituído. Numa das últimas reuniões até parecia uma árvore de Natal, sempre a piscar, de maneira que há um novo equipamento. Não diz que é de última geração, porque há sempre coisas melhores, e também muito mais caras, mas pensa que é bastante bom, pelo menos foi-lhe recomendado nesse sentido, e espera que funcione bastante melhor do que o anterior.----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, e de forma especial o Sr. Diretor Nuno Santos, agradecendo-lhe pela disponibilidade em receber os presentes nesta escola, bem como o Sr. Presidente

da Junta de Freguesia de Vialonga.----------

Como já foi dito pelo Sr. Presidente, e também pelo Sr. Presidente da junta, está-se de facto, neste mandato, a descentralizar as reuniões de uma forma diferente, permitindo também conhecer melhor alguns espaços escolares do concelho.----------

A EB 2,3 é, de facto, um espaço que precisa rapidamente de ser requalificado. Sabe-se que a escola Vasco Moniz e a escola Pedro Jacques de Magalhães foram requalificadas no âmbito de uma parceria feita entre o município e o Ministério da Educação, e nesta escola, se assim não for, que a câmara municipal, como os vereadores da CDU já muitas vezes pediram, faça todos os esforços para que o ministério veja as condições degradantes em que os alunos têm a sua vida escolar. Para além das placas de fibrocimento, que o Sr. Presidente da junta já referiu, está-se numa escola onde existem turmas a ter aulas em arrecadações, em monoblocos ou contentores, e não se sabe quando é que irão ser retirados, uma vez que são propriedade da Parque Escolar.----------

Assim, no dia em que a Parque Escolar decidir retirar os contentores vão-se ter turmas, nomeadamente de cursos profissionais, que não vão ter espaços onde lecionar. Está-se a falar numa escola com uma componente artística que é de realçar, e será única, pelo menos com o peso no concelho, e urge rapidamente olhar para a EB 2,3 de Vialonga como uma escola prioritária. É uma escola que já recebe alunos de municípios vizinhos, uma vez que a sua oferta educativa é ímpar, e portanto, mais uma vez, pede que o Sr. Presidente faça todos os esforços necessários para que a EB 2,3, que já tem 26 anos, possa finalmente ser requalificada.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não resiste à tentação de falar desta escola, porque não estava presente, mas já sabe que se falou, e porque cheira-lhe e dá-lhe sempre um certo ar de "lágrimas de crocodilo" quando se anda a falar dela.----------

A anterior diretora foi bem clara variadíssimas vezes, e se não existe escola em Vialonga a culpa é do Partido Socialista. Disse mais, que a culpa era do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, porque havia um projeto da Parque Escolar aprovado, pronto para andar, e a câmara municipal resolveu dizer à Parque Escolar que tinha que adquirir as casas de baixo.----------

Esta foi a fase final do projeto, e portanto, se não há escola em Vialonga, a culpa é do Partido Socialista, não há de mais ninguém, porque não construiu a escola em Vialonga. Construiu em Vila Franca de Xira, e em Alverca do Ribatejo, uma escola avaliada em 20 milhões de euros. O próprio estudou nessa escola, e não precisava que se gastassem nem 10 milhões de euros. Contudo, "à política o que é da política, e à justiça o que é da justiça", ainda tem esperança nisso. Foram 20 milhões de euros, quando a escola em frente custou 7 milhões de euros. ----------

Construiu-se a escola na Póvoa de Santa Iria, mas, "pasme-se", que pessoas tão solidárias e preocupadas com Vialonga não construíram a escola de Vialonga. --------

Contudo, a história não começa só aqui, vem desde início, quando os políticos desta terra, e entenda-se o Partido Comunista e o Partido Socialista, aprovaram, com a conivência, à época, da Srª Diretora da escola, a construção de um pavilhão do Vialonga fora destas instalações, quando devia ter sido construído na escola. Há testemunhos e escritos, porque o pavilhão era para ter sido na escola, mas na altura o objetivo político era maior, não interessavam as crianças, interessava um objetivo político maior, e escreveram todos a dizer que não havia nenhum inconveniente que se construísse o pavilhão fora da escola. ----------

No entanto, a seguir, as crianças, para o usarem, têm que pagar, ou seja, a escola tem que pagar, e os professores não se responsabilizam pela saída dos alunos até lá. Como é que se fica? ----------

Considera que se anda a discutir, e infelizmente os únicos que não têm nenhuma responsabilidade em todo este processo são os alunos desta terra e uma boa parte dos professores e funcionários destas instalações e escola, que fazem o melhor que podem e sabem, para que, apesar de tudo, a escola consiga cumprir uma missão excecional e extraordinária ao serviço da comunidade. ----------

Tem ouvido tanta coisa, tantos "arremessos de politiquice" barata, sendo que ainda o Sr. Presidente, a semana passada ou há 15 dias, dizia "politiquice", mas "politiquice" é aquilo a que assiste a cada momento sobre esta escola.----------

Efetivamente, desde que o Partido Socialista governa a câmara municipal esta escola nunca foi uma prioridade, e a anterior presidente desta escola era acarinhada e "levada ao colo" pelo Partido Socialista, e foi condecorada pelo Sr. Presidente da República, não estando em causa o trabalho que fez. ----------

O que está em causa é que era o próprio vereador, à época, do pelouro das obras, esteve na escola quando entrou água dentro, e a escola recebia dinheiro da junta de freguesia para fazer a manutenção. Sabem o que é que fez de manutenção? Fez zero, a anterior administração da escola fez zero de manutenção, e quando entrou água, em vez de ligar para a DREL – Direção-Regional de Edução de Lisboa, chamou a SIC. Em vez de ligar para as entidades para tratarem do problema, chamou a televisão. Esta foi a verdade, o próprio esteve na escola, veio ver as obras de manutenção, que depois, a seguir, foram feitas.----------

Desta forma, infelizmente o que se faz é andar aqui, as crianças e jovens são usados como "arma de arremesso", e até hoje, infelizmente, não se resolveu nenhum dos problemas. Espera que se resolva de uma vez por todas esta situação, pois é ao serviço da comunidade que ela devia estar, e não o contrário, como "arma de arremesso".----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que, para além de ser pouco elegante por vezes utilizar alguns termos, mas fica para quem os diz, da forma como diz, a CDU, e a própria, enquanto membro do Partido Comunista Português, entendem que foram ditas algumas coisas que não correspondem à verdade. ----------

Em relação ao processo desta escola, começa pela construção do pavilhão, que já é do ano 2000, foi inaugurado no ano 2000, com uma conjuntura completamente distinta, e é um pavilhão da responsabilidade de um grupo desportivo. Portanto, foi e é o clube que arca com as despesas para o funcionamento do pavilhão e gere-o de acordo com a sua vontade. É um pavilhão utilizado pela escola, porque, infelizmente, e até agora, ela não mereceu, de quem governa, melhores condições. Esta escola já teve vários momentos de luta por parte das associações de pais, todas tiveram a presença dos eleitos da CDU e membros do Partido Comunista, e também de alguns eleitos do Partido Socialista. ----------

Sobre o processo e a condução da construção da requalificação desta escola, à época já disseram o que tinham a dizer, e entendem que existem sim responsabilidades por parte do município, quando colocou a escola numa situação difícil, não em relação às casas do Beco dos Ferreiros, porque até eram de património público, mas a nível daquilo que é a quinta junto a essas casas, que

teve um processo em tribunal, que está agora finalmente resolvido. Não se sabia de quem era a propriedade, e por isso o processo foi difícil de resolver. ----------

Enquanto o Sr. Vereador Rui Rei falava, a própria esteve a consultar umas declarações feitas à época pelo candidato a primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, e não é a parte em que ele diz que não vai "roubar" o subsídio de férias nem o subsídio de Natal. Também a poderia colocar, mas por acaso não é essa parte, é a parte em que o candidato a primeiro-ministro diz, na escola secundária do Forte da Casa, que, ao contrário daquilo que outros querem fazer, que querem fazer para aí escolas, vai fazer escolas muito mais baratas, porque há, junto ao Forte da Casa, uma escola que, e "pasme-se", quer construir um auditório.----------

Então o que é isto de andar a construir auditórios em escolas, a gastar dinheiro do erário público?----------

Portanto, o que diz ao Sr. Vereador Rui Rei é que esta escola não tem auditório também porque o candidato a primeiro-ministro disse, publicamente, que não era assim que se gastava o dinheiro do erário público, e para além do candidato a primeiro-ministro o dizer, já o Sr. Vereador e outros eleitos do PSD tinham-se mostrado contra a construção de um auditório que faz todo o sentido, numa escola que tem uma qualidade artística como tem esta escola de Vialonga. ----------

Assim, pode-se dizer o que se quiser, arcar com as culpas para cima de quem se quiser, mas o certo é que esta escola é aquilo que os políticos que governam o país quiseram até hoje, e é o espelho da pouca vontade que existe em resolver os problemas da EB 2,3 de Vialonga. ----------

Depois, como já esgotou os 2 minutos que tinha para intervir, não vai colocar no microfone as declarações do então candidato a primeiro-ministro, mas estão disponíveis no "YouTube" a partir do minuto 2,13.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que só se conta uma parte da história, porque a construção do pavilhão do Vialonga não é nada do que a Srª Vereadora disse. Sabe que foram muitos dos seus camaradas que estiveram envolvidos nisto, mas os camaradas do próprio, do PSD, chamaram em reunião de câmara variadíssimas vezes à atenção para o que a CDU ia fazer. Na freguesia do lado, da Póvoa de Santa Iria, a câmara municipal, e bem, disse ao clube, e bem, que não ia construir dois pavilhões, ia construir um, e foi o mesmo que disse em

Vialonga que só ia comparticipar na construção de um pavilhão, que era o da escola ou o do Vialonga.----------

Aí, a CDU colocou à frente dos interesses da população os interesses do clube, que à época era governado por uns camaradas da Srª Vereadora, pelo que o que fez, em vez de construir o pavilhão da escola, foi andar a construir aquele pavilhão.------

Depois, quanto a essas declarações, sabe-as bem, a Srª Vereadora, como viu, afinal estava a ver algo em "Replay", porque o próprio estava lá, com o senhor, à época, candidato a primeiro-ministro, e sabe muito bem o que disse o Sr. Primeiro-Ministro.----------

Mais uma vez se provou que era só "fogo" do momento, porque construção da escola zero, e compromissos havia zero, o que se pode verificar, mas questiona se a Srª Vereadora acha que faz algum sentido e se sabe quanto estava previsto para construir a escola já nessa fase final. Se tem de memória, eram 17 milhões de euros para a escola em Vialonga. Sabe a Srª Vereadora quanto era para o auditório? Eram 12 milhões de euros, pelo que questiona se a Srª Vereadora está a brincar com o próprio e com o dinheiro das pessoas. ----------

Eram 12 milhões de euros para o auditório e 5 milhões para a escola? Então onde é que se anda? Vive-se em que país? Só se for num da "Cortina de Ferro", porque num país como este isto é impossível. ----------

Desta forma, a Srª Vereadora veio contar e tentar "tapar o sol com a peneira", porque efetivamente a CDU foi conivente com a construção de um pavilhão que as crianças hoje, não só não usam, como a escola tem que pagar, porque a câmara municipal, à época, perguntou qual era o pavilhão que queria que fosse construído, e a CDU, através da junta de freguesia, e através da rede que tem, andou a fazer toda esta coisa, construiu o pavilhão no Vialonga, e não construiu na escola.----------

Esta é a verdade, que custa, porque há gravações, há atas, e os camaradas do próprio, que a Srª Vereadora, ao velho espírito estalinista, tentou apagar, também estiveram nessas manifestações. Agora, têm é uma diferença, não se prestam a chegar e a pôr um cartaz a dizer "eu estou aqui", para estarem a defender o que quer que seja face à escola "x" ou "y". ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, para dizer que lhes restam 5 minutos, e são os únicos que vai gastar. Depois, se houver mais tempo responderá ao resto, uma vez

que os Srs. Vereadores estiveram agora neste importante debate sobre o passado, que foi um passado longo e, como tal, demorou muito tempo. ----------

Restam-lhe 5 minutos, e vai-se concentrar, sem que as outras não mereçam o maior respeito pelos Srs. Vereadores, nesses 5 minutos, ou mais alguma coisa que possa restar, principalmente nas questões que o Sr. Presidente da junta colocou.----

O Sr. Presidente da junta chamou à atenção que, de facto, não existem só coberturas de fibrocimento nas escolas da responsabilidade da câmara municipal, e é verdade, pois basta olhar para trás e vê-se tudo isso. ----------

Sobre esta matéria e esta escola poderá dizer-se o que se quiser, mas não vai despender mais nada, na medida em que tem a consciência tranquila, enquanto vice-presidente, na altura, enquanto vereador da educação, e hoje, enquanto presidente da câmara. ----------

Já vai um longo processo, e conhece bem tudo o que se passou, tendo pena que, efetivamente, todas as iniciativas que se têm vindo a fazer ao longo do tempo não tivessem tido sucesso. De facto, nesta escola houve um plano que não seguiu, porque muita gente disse coisas. Disse que a azinhaga que cá estava não tinha problema nenhum, porque era terreno público, que estava a ser ocupado abusivamente, e não era verdade.----------

A única situação que lamenta, mas foi com boa intenção, foi ter dito à antecessora do professor Nuno Santos que fazer uma escola em altura não era uma boa solução. Está muito arrependido de o ter dito, porque aquilo que disse a seguir, e que foi uma sugestão, foi usado de uma forma abusiva, ou seja, "não vale a pena estar a pensar em construir uma escola em altura, quando, ao fim ao cabo, tem-se um terreno mesmo ao lado, que eventualmente pode vir a ser negociado com a Parque Escolar, para que possa ser aproveitado para o alargamento da escola". -----

Esse terreno estava numa ação judicial, de se saber de quem era a titularidade, mas depois da confusão que se instalou, para a qual não contribuiu em nada, ficou arrependidíssimo de ter dito isto, porque, provavelmente, construía-se em altura ou seja lá como for, e a escola poderia ter avançado, num mau projeto, mas tinha avançado. ----------

Espera que, de facto, com o novo governo do Partido Socialista esta matéria possa vir a ser resolvida, que ao longo deste tempo não foi, por razões diversas. Não

sabe quem vai ganhar ou perder, mas o que sabe é que já se está a perder, e muito, sem que não haja uma alternativa política. ----------

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Sr. Presidente está a falar do novo governo que vai a Évora ou do que está em Évora. ----------

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que está a falar que espera que, com o novo governo, governado pelo Partido Socialista, estas matérias possam ter outra análise, e se for outro governo, espera que faça melhor do que fez até agora, que foi travar tudo o que estava em evolução. ----------

Tendo sido novamente interrompido pelo Sr. Vereador Rui Rei, prosseguiu, dizendo que esteve a ouvir coisas que não gosta, com todo o silêncio e paciência, e agora o Sr. Vereador tem que fazer o mesmo, ouvi-lo, com a mesma generosidade e paciência. Nestas coisas da política todos têm que se ouvir, e depois retorquir, se for caso disso. Aquilo que ia dizer até ia ao encontro do Sr. Vereador, mas como não o deixa falar, não conseguiu explanar o seu raciocínio.----------

Assim, tem consciência que o plano de requalificação das escolas secundárias e outro tipo de escolas, através da Parque Escolar, era um projeto que permitiu a requalificação de muitas dezenas de escolas neste país, e que se assim não fosse isso não tinha acontecido, outra coisa é questionar se as soluções foram adequadas, se foram as mais certas ou não. Aí, poderá falar, com toda a tranquilidade, até porque tem que gerir orçamentos, sendo que, por exemplo, de todas as matérias que hoje se falaram, mais uma vez já se gastou uma série de milhões de euros. Naturalmente que o papel da oposição é chamar à atenção para uma série de coisas, mas o facto é que se juntar todas as suas folhas das reuniões de câmara deste ano, provavelmente está a falar de centenas de milhões de euros. É o que cabe à oposição fazer, mas aquilo que diz é que se fizeram e requalificaram escolas através do programa da Parque Escolar, e agora tem que se questionar se algumas das soluções adotadas eram ou não as melhores. ----------

Sobre esta escola está muito tranquilo, o Partido Socialista também, e muitas coisas que vieram na comunicação social são distorcidas e não são verdades, principalmente no que respeita à câmara municipal, inclusivamente à sua pessoa, mas um dia poder-se-á aprofundar, e terá todo o gosto de o fazer, só que agora não há tempo para o efeito.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUESTÕES APRESENTADAS PELO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, aproveitando a presença da câmara municipal para colocar algumas questões. ----------

Em primeiro, felicita a câmara municipal pelo trabalho que está a ser feito no parque urbano da Flamenga. Está a ficar belíssimo, um trabalho espetacular, que julga que é para continuar, no entanto, para que o próximo verão seja mais um êxito, com a presença de pessoas na zona, não se deveria fechar a obra sem pelo menos deixar um aspeto de limpeza. ----------

Julga que não vai ser feita para já toda a conclusão do parque, no entanto, quem passa na estrada principal e olha para o parque, não vê o investimento que a câmara municipal está ali a fazer, por causa de todo aquele entulho de terras e lixos na entrada, que tira qualquer visibilidade à obra, que é de louvar e agradecer.

Depois, quanto às rotundas, a rotunda do Intermarché está muito mais bonita, a entrada do Intermarché e todo aquele espaço envolvente está muito mais agradável, e aquilo que era dantes o Intermarché não se compara com o que é hoje, e todo aquele trabalho merece o apoio da junta. ----------

No entanto, tem que dizer que há outras rotundas, como a do Pingo Doce, que não foi acabada. Julga que a obra também foi suportada pelo Pingo Doce, mas ficou por acabar, e está a precisar de reparação e embelezamento, assim como a rotunda feita pela câmara municipal, que é a da ARPIV - Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Vialonga, em que pensa que também é possível fazer algum trabalho de arranjo. ----------

Outra obra de que se fala há muitos anos, e sabe que o Sr. Presidente já lá esteve, é a entrada da Granja ao pé da rotunda. São terrenos privados, de facto está ali um beco que não tem qualquer sentido, nem nunca será ali feito nada, sendo que a Rodoviária, para entrar na Granja, faz uma curva completamente apertada, por causa de um monte de aterro que está logo à entrada, já há muito anos. Já com a anterior presidente de câmara aquilo também foi visitado, ficou de se ver a solução, e julga que com pouco se conseguirá fazer ali um arranjo, no sentido de pôr aquela zona muito mais agradável e de melhor acesso à Granja. ----------

Uma outra questão, que é muito antiga, já vem de há longos anos, tendo o próprio uma comunicação da câmara municipal da anterior presidente, é a dos acessos ao centro de saúde. É uma matéria que se tem vindo a tratar, sabe que a câmara municipal tem, junto da Direção-Geral de Saúde, vindo a fazer esforços no sentido de se conseguir ultrapassar a situação, mas com estes anos todos passados ainda não se conseguiu arranjar um método para que os utentes consigam ter acesso ao centro de saúde, e está a falar dos utentes mais idosos, que de facto não conseguem lá ir, face à rampa enorme que têm de suportar. ----------

Não há transportes públicos, o acesso tem que ser feito a pé, tarda conseguir resolver a situação, e já começou até a pensar que "tarde e nunca se resolverá", pelos anos todos que se anda a falar. ----------

Outra questão é a das hortas urbanas, em que questiona para quando a colocação e implementação na Quinta das Índias. ----------

Por último, gostaria de falar das estradas da Verdelha. Já falou com o Sr. Vereador António Oliveira, e é também preciso fazer uma reparação nas estradas da Verdelha, naquelas que pelos seus anos já estão completamente polidas e os carros não conseguem circular. Em algumas também falta fazer alguma reparação de asfalto. ----------

Terminou, dizendo serem estas as questões que gostaria de colocar, e agradece a presença de todos. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, solicitando o ponto de situação dos acessos do Intermarché. ----------

Não sabe se entretanto o Intermarché deu os tais 30, 40 ou 26 cabazes às instituições, o que sabe é que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem saber de que forma foi feita a rotunda e os acessos, como é que a câmara municipal cedeu terrenos públicos para fazer os acessos, e como é que entrou dentro de terrenos privados, em teoria, para os fazer. Precisavam de saber, porque, a existirem terrenos públicos, precisavam de ter aprovado em reunião essa situação, e a cedência ou não desses terrenos. ----------

Até hoje não sabem o que se passou, mas também admite que o urbanismo tenha mesmo muito trabalho, e se esteja de repente com um grande volume de tentativa de investimento no concelho de Vila Franca de Xira, e portanto não haja tempo

para informar sobre estas matérias. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Presidente da junta falou na necessidade de limpeza da entrada principal do parque da Flamenga, naturalmente que tem toda a razão e vai-se tratar desse assunto. ----------

Depois, há uma questão curiosa, pois a determinada altura o que era exigível era a construção das rotundas, que já estão construídas e estão a funcionar, com melhor fluidez de trânsito e melhor segurança, que era aquilo que se reclamava. Agora é alindar as rotundas, e também se vai fazer. Não vai dizer que vai fazer amanhã ou depois, porque há outras prioridades, inclusivamente algumas das quais até foram já colocadas para esta freguesia, mas vão-se fazer, bem como continuar a fazer as rotundas, pois é essa a principal prioridade.----------

Na Granja há um problema, que tem a ver também com terrenos privados para se conseguir uma melhor solução de acessibilidade, mas vai-se tentar fazer. ----------

Quanto ao acesso ao centro de saúde, com toda a tranquilidade diz que "o que nasce torto, dificilmente se endireita". Provavelmente aquele não era o sítio melhor, e certamente, se a ARS – Administração Regional de Saúde, estiver para aí virada, e o Ministério da Saúde também estiver interessado, há condições de encontrar outro local. ----------

Por mais melhorias de acessibilidade que se façam, a morfologia do terreno é aquela, não é outra, a não ser que se ponham lá escadas rolantes ou outro equipamento qualquer desse tipo, mas também não há dinheiro para o efeito. Assim, o que diz é que se podem encontrar soluções para minimizar o problema, mas resolvê-lo de facto não se consegue, pois aquilo é inclinado, a não ser que se consiga colocar um elevador externo, para as pessoas terem acesso ao centro de saúde, mas é uma questão que se poderá verificar. O próprio defende outra posição, a relocalização do centro de saúde, numa zona até mais central para a freguesia, mas depende também da vontade de quem, em cada momento, dirige o ministério, principalmente a ARS. ----------

Quanto às hortas urbanas, depois o Sr. Vice-Presidente poderá falar, mas há um projeto para se fazer, tem que se executar, e está previsto no plano para 2015.------

Por fim, no que respeita às estradas da Verdelha que necessitam de reparação, o Sr. Vereador António Oliveira também tomou conta. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ESPAÇO UTILIZADO PELA ORQUESTRA DE VIALONGA – CENTRO COMUNITÁRIO DE VIALONGA ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dando nota do desagrado dos membros da CDU por um espaço que é utilizado pela orquestra de Vialonga.----------

O agrupamento de escolas de Vialonga tem um projeto que também faz chegar, não só o nome de Vialonga, mas do próprio concelho, a vários espaços, foi até já convidado a participar na final da taça dos campeões europeus, como todos sabem, e esta orquestra utiliza o centro comunitário, que é o único espaço ou auditório que existe na freguesia.----------

Portanto, seria de todo necessário que a câmara municipal olhasse para o centro comunitário com outros olhos. ----------

A escola de Vialonga tinha no projeto inicial a construção de um auditório que infelizmente não saiu do papel, e portanto o centro comunitário é o único espaço nesta freguesia onde é possível desempenhar e desenvolver as atividades da associação. ----------

Se se visitar percebe-se rapidamente que está numa degradação visível para todos, e apesar de algumas pequenas obras que foram feitas, crê que no verão do ano de 2013, chove dentro do centro comunitário, nomeadamente na zona do palco. O teto falso está a cair, e os sinais de humidade e falta de manutenção são muitos. ----------

Os membros da CDU tiraram algumas fotografias para o Sr. Presidente se enquadrar melhor naquilo que estão a falar, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e deixam a preocupação que têm. ----------

É necessária uma intervenção de fundo neste espaço que, para além de albergar o auditório, tem também a biblioteca e a casa de juventude da freguesia.----------

Portanto, gostariam de ver esta situação resolvida. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ESCOLAS DE 1º CICLO DA FREGUESIA DE VIALONGA – HORÁRIOS DUPLOS----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, reportando-se às escolas de 1º ciclo da freguesia de Vialonga, dizendo que a escola do Cabo funciona em horários duplos, e os membros da CDU gostariam de saber se a câmara municipal já pensou nalguma solução para resolver de uma vez por todas esta situação.--------
Quanto à escola nº 2, como foi falado já pelo Sr. Presidente, está na perspetiva de ser resolvido o seu problema no ano de 2016/2017, mas ainda assim, e porque se teme pelo futuro das escolas mais pequenas da freguesia, nomeadamente a da Granja e a de Santa Eulália, perguntam qual é a solução que o Partido Socialista vai arranjar para resolver, de uma vez por todas, os horários duplos da freguesia.--------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
URBANIZAÇÕES INACABADAS - URBANIZAÇÃO DO OLIVAL DA PORTA -VIALONGA ----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, aproveitando para cumprimentar todos os presentes, com uma saudação especial ao Sr. Diretor da escola onde hoje decorre a reunião, bem como o Sr. Presidente da junta. ----------
Os membros da CDU há muito que têm vindo a manifestar muitas dúvidas em relação à desresponsabilização do município, designadamente do Partido Socialista, no que às questões do urbanismo diz respeito, e hoje encontram-se todos numa freguesia onde estes problemas têm uma particular e grave expressão. Dará dois exemplos, entre muitos que infelizmente acontecem nesta freguesia, e um é a urbanização do Olival da Porta, uma urbanização relativamente recente, e um dos exemplos de urbanização inacabada na freguesia. ----------
As zonas verdes pura e simplesmente não existem, e a afirmação é dos membros da CDU, testemunhada por todos aqueles que residem nesta urbanização. Não há bocas de incêndio, ou se existem não as identificaram, quase que não existe alcatrão no acesso à urbanização, e casos como este ou o da Encosta do Moinho só acontecem, na opinião que têm, porque não há vontade por parte de quem gere a câmara municipal em acionar as garantias bancárias e obrigar os urbanizadores a construir aquilo que é sua obrigação.----------
Gostariam de deixar a sugestão, e não deve o Sr. Presidente pensar que encontrará nos membros da CDU um amolecimento em relação a estas questões, pois não abdicarão de defender e exigir aquelas que são as obrigações do município sobre a matéria, a bem das pessoas, que fizeram um investimento para viver, trabalhar ou construir o seu sonho de vida neste concelho.----------
Esta questão é para a CDU muito importante, como é também muito importante a sua resolução, e dá ainda conta de mais algumas questões que preocupam os fregueses de Vialonga, e também são preocupações dos vereadores da CDU.---------
Precisam que a câmara municipal, relativamente a estas urbanizações inacabadas, tenha uma noção tão breve quanto possível de como é que vai agilizar esses procedimentos.----------
Em relação ainda à situação do bairro do Olival da Porta, tendo conhecimento que já existe um projeto, e que a câmara municipal, pelo menos, já manifestou uma

vontade primeira para que a situação se resolva, questionam quando é que, efetivamente, os procedimentos vão ser efetuados. De projeto em projeto o que vêm a assistir é a um protelamento de resolução das situações, e deixam pois a preocupação que têm, uma vez mais, sobre esta e as outras urbanizações. ----------

De uma forma muito simples, pedem ao Sr. Presidente que lhe explique se existem ou não garantias bancárias, e se a câmara municipal está em condições de fazer aquilo que fez, por exemplo, com a urbanização Cruz de Pau, em São João dos Montes, Alhandra, no sentido de garantir a urbanidade que é devida a esta população. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se a esta questão das urbanizações inacabadas, dizendo que é nesta freguesia que há o processo de licenciamento mais rápido da história do concelho de Vila Franca de Xira, e não conhece outro. ----

É uma urbanização que fica no fim da freguesia de Vialonga, encostada ao concelho de Loures, em que o urbanizador, José Maria Duarte Júnior, cedeu 2 lotes à câmara municipal como contrapartida da urbanização. Esse mesmo loteador colocou um pedido de aprovação de construção para esses 2 lotes, a câmara municipal aceitou, fez uma aprovação "express" para o pedido do urbanizador para esses lotes, que são propriedade da mesma, mas autorizou. A seguir, como não os registou, José Maria Duarte Júnior vendeu esses lotes, e a câmara municipal ficou sem nada. ----------

Que saibam, até hoje nunca foi perguntado a ninguém como é que aquilo foi possível, e nunca se chegou a nenhuma conclusão, mas a verdade é que foi possível e aconteceu. Isto acontece um pouco por todo o concelho, e em Vialonga, obviamente, não é exceção. ----------

Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber, não numa perspetiva caso a caso, mas global, o que é que a câmara municipal pensa fazer efetivamente nestas urbanizações. Há uma canção e poema que foi tornado famoso por Zeca Afonso, que era: "Eles comem tudo e não deixam nada", e efetivamente este é o caso, mas deixam as dívidas para a câmara municipal pagar, claramente, e isso não se quer. ----------

"Quem comeu a carne deve comer os ossos", e gostariam de saber qual é o plano da Câmara municipal para resolver estes problemas, pois não são adeptos de que

uns fiquem com a carne, e outros fiquem com os ossos, para se poderem entreter com o que sobra e ainda pagarem mais alguma coisa. ----------

Assim, gostariam que a câmara municipal reavaliasse, pois há casos bem graves, quer de algumas urbanizações encostadas à escola onde hoje se encontram, quer na encosta, e dever-se-iam efetivamente resolver, para bem de quem lá comprou a sua habitação, e para bem do orçamento municipal, que não deveria investir naquilo que é obrigação do promotor, e não deveria ser a câmara municipal a fazê-lo. ----------

Neste sentido, gostariam que se verificasse. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
EQUIPAMENTOS EM FALTA NA FREGUESIA DE VIALONGA – BOMBEIROS, PISCINAS, LAR DE IDOSOS ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que está reconhecido por todos, sendo um problema de falta de investimento de quem gere o município de Vila Franca de Xira nos últimos 16 anos, os bombeiros, as piscinas, o lar de idosos, ou seja, o centro integrado de apoio aos idosos, e um sem número de equipamentos que estão em falta nesta freguesia. ----------

Os membros da CDU pensam que o compromisso deste município deve ser efetivo, e a câmara municipal não pode olhar para esta freguesia como tem olhado nos últimos anos. ----------

Sabem que há investimentos que são pesados, e que há investimentos que dependem do envolvimento de terceiros, designadamente do Governo, mas o que sentem é que esta câmara municipal também pouca ou nenhuma vontade tem para que se resolvam, e estão a falar de equipamentos que são fundamentais, que asseguram serviços úteis e imprescindíveis às populações, que são os bombeiros, as piscinas e o lar de idosos. ----------

Deixam ainda uma sugestão, sendo uma competência que deveria há muito ter sido, no mínimo, partilhada com a câmara municipal, e reiteram a preocupação da instituição ABEIV – Associação para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vialonga. É Preciso olhar para a instituição e dar-lhe condições no que a um aspeto muito particular respeita ao seu uso e movimento diário, que é o estacionamento ao lado das suas instalações. ----------

Assim, bastava que a câmara municipal tivesse tido em linha de conta, não só as sugestões que há muito tempo se têm vindo a apresentar sobre esta matéria, e seguramente este problema não precisava de voltar a ser hoje falado. ----------

Tendo o Sr. Presidente dito que pensava que o Sr. Vereador já tinha terminado a sua intervenção, disse o Sr. Vereador que os membros da CDU, quando gostam de fazer oposição, gostam também de relembrar as promessas não cumpridas, e sabem que dava jeito ao Sr. Presidente que estas promessas não lhe fossem recordadas. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador que até às 10h30 está à

vontade, ao que este lhe respondeu que não é desse tipo, como o Sr. Presidente sabe.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a câmara municipal, face à questão da ABEIV, tinha condições, inclusivamente, para fazer o estacionamento ao lado, e regularizar aquela ribeira com meios próprios, não precisa de fazer nenhum projeto extraordinário e excecional.----------

Aquela construção ali estava perfeitamente pensada e falada com a ABEIV, até porque os pais, de manhã, e depois, nas alturas de mais saídas e entradas das crianças, ficavam com uma zona correta para estacionamento, que servia ao mesmo tempo o bairro.----------

Portanto, pensa que seria de avançar e dar continuidade a essa situação.----------

Continuou, perguntando o que é que a câmara municipal sabe do processo dos bombeiros voluntários de Vialonga, e da intenção da ABEIV e necessidade, no que diz respeito ao prolongamento e construção do lar de idosos, julgando que o que estava previsto, em frente às instalações da ABEIV, era estar cedido um terreno ao lado do parque urbano da Flamenga.----------

Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que é que a câmara municipal tem a dizer sobre isto.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROBLEMAS DE DRENAGEM NA VÁRZEA DO BREJO – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que irá disponibilizar, com autorização do munícipe, os contactos da Várzea do Brejo, do bairro em Alverca, porque se o Sr. Vereador António Oliveira se deslocou ao local, pelo menos não foi falar com as pessoas certas, ou deu instruções no sentido dos serviços irem ao local, para perceberem os problemas de drenagem do Brejo.----------

Os serviços não terão falado, seguramente, com as pessoas que falaram com os membros da CDU, e vai deixar os contactos, para que não tenha que, pela quinta vez, colocar o problema da falta de condições de drenagem no Brejo e na Várzea, em Alverca.----------

Depois, por uma questão de recato, fornecerá esta informação.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA CRUZ - CALHANDRIZ ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não sabe se o Sr. Presidente já tem alguma informação sobre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no que ao aterro sanitário do Mato da Cruz diz respeito. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OBRAS DE ADAPTAÇÃO DO NINHO DE EMPRESAS - VIALONGA----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, referindo-se ao Ninho de Empresas, dizendo que já durante este mandato foi aprovado o projeto de execução das obras de adaptação do Ninho de Empresas, para receber os alunos da escola nº 2 de Vialonga, obras que deveriam estrar concluídas a tempo de receber os alunos em setembro de 2015.----------

Assim, pergunta para quando o início das obras, e que futuro se perspetiva para este lugar, onde de facto nunca se desenvolveu aquilo que seria a sua função. -------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que na reunião de câmara de 28 de maio deste ano aprovou-se a aquisição do projeto de adaptação do edifício do Ninho de Empresas para a instalação temporária da EB 1 nº 2 de Vialonga.----------

Assim, os membros da Coligação Novo Rumo questionam qual o ponto de situação sobre esta matéria. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE SANTA EULÁLIA----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à estrada de Santa Eulália, dizendo que há muito que necessitava de ser repavimentada, tendo em conta a utilização constante de veículos pesados, o que deteriora permanentemente.----------

Os membros da CDU assistem agora a uma requalificação que não se percebe, uma vez que foi feita aos remendos, e nem se construíram as bermas para escoar as águas pluviais. Por que razão foi feita a repavimentação de forma intermitente? Quanto às bermas, será que a sua inexistência não levará à inutilidade daquilo que agora foi construído? ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que acabou de chegar, ouviu falar da requalificação desta estrada que vai para Santa Eulália, e agradece ao Sr. Presidente da junta o trabalho que foi possível fazer à época na requalificação da via que passa ao lado do local onde se encontram hoje, dizendo ainda ao seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, que essa foi feita com mão de obra dos trabalhadores da câmara municipal, foram feitos passeios, e ainda hoje a estrada está lá. Lembrava-se dela desde miúdo, cheia de buracos, com problemas de drenagem, e um problema até, inclusivamente, para a ABEIV - Associação para o Bem-Estar Infantil da Freguesia de Vialonga, em frente, do pó e das dificuldades de acesso. Hoje está uma via feita até ao cruzamento com o bairro residencial de Vialonga, com passeios e estacionamento, que não tinha para aquela zona, pois os carros estacionavam na estrada.----------

Portanto, lá ficou, o que tem é pena que tenham ficado também as condutas para enterrar os cabos, e desde esse dia, desde 2011, ainda continuam em pé. As condutas estão lá feitas para se enterrarem, e é só obrigar os operadores a irem enterrá-las, ou então chegar e cortar os postes, e os operadores têm que colocar os cabos em baixo, pois estão lá as condutas e as caixas todas feitas. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

GRADEAMENTO NA VARIANTE DE VIALONGA JUNTO À URBANIZAÇÃO QUINTA DA GAIA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a um gradeamento que existe na variante de Vialonga, junto à urbanização Quinta da Gaia, que se encontra partido e que a câmara municipal ficou de arranjar e reparar.----------

Como até agora não foi feito, os membros da CDU gostariam de saber quando é que a câmara municipal pensa reparar o gradeamento. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo ter gostado da intervenção do Sr. Vereador, que foi precisa e concisa, e percebeu-se à mesma a sua forma de intervir, que é aquela que é a mais diligente para os trabalhos da reunião. ----------

Desta forma, agradece e sublinha. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA FLAMENGA - VIALONGA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da junta e o Sr. Diretor da escola, desejando boas festas e votos de um bom ano, e referindo que gostaria de colocar algumas questões em relação a Vialonga, respeitando a primeira à urbanização da Quinta da Flamenga, uma urbanização que tem cerca de 12 a 14 anos, e que é mais um daqueles problemas de repavimentação dos pisos. ----------

Aquilo que os membros da CDU colocam é para quando esta situação, e lembram o que se passou com a Quinta das Índias, depois de alguma passagem de culpas de quem é a responsabilidade. ----------

Assim, gostariam de saber o que se passa. Se a responsabilidade é do urbanizador, então que se façam acionar as garantias bancárias. Se não for assim, que a câmara municipal possa, com alguma rapidez, fazer esta repavimentação, dentro daquilo que também consideram ser algumas limitações, sabendo-se que nesta altura de inverno as questões são sempre mais complicadas, com as chuvas e os buracos a aparecer. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO NASCENTE DO CABO - VIALONGA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo-se a um projeto de requalificação do bairro Nascente do Cabo que já tem alguns anos. Os membros da CDU conheceram-no quando foi apresentado à junta de freguesia, mas até ao momento não teve nenhuma alteração. ----------

Aquilo que se passa é que, tendo em conta que foram feitas algumas sugestões, e até ao momento, tanto quanto sabem, não terá saído do papel, perguntam para quando se pretende esta requalificação. Há um outro projeto? Está parado por outro tipo de dificuldades, por oportunidade de verbas? Qual é, no fundo, o ponto de situação deste projeto?----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

FECHO DE DUAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS NO FINAL DO ANO ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, bem como o Sr. Presidente da junta e o Sr. Diretor da escola, dizendo que hoje se realiza a última reunião deste ano, um ano que certamente foi bastante atribulado, desejando também a todos votos de um feliz e bom ano de 2015.----------

Começa por lamentar o fecho de duas atividades empresariais do concelho, que, segundo julga saber, vão fechar no final deste ano, que é já amanhã. O ALDI, que recentemente até tinha sido inaugurado, e a dependência do Barclays, em Vila Franca de Xira.- ----------

Assim, espera que o ano de 2015 possa trazer esperança numa recuperação, embora lenta, mas que venha a acontecer ao longo do próximo ano, que está "à esquina". ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OCUPAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ANTIGO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA ------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm, em Vila Franca de Xira, três ou quatro problemas que todos conhecem, como é a ocupação das instalações do antigo hospital. Desta forma, perguntam se há já alguma evolução sobre a perspetiva de ser utilizado numa unidade de cuidados continuados. ----------

Segundo julga saber, e também já o referiu em conversa com o Sr. Presidente, a própria Fundação CEBI não conseguiu chegar a acordo com a Misericórdia para a instalação dessa unidade de cuidados continuados. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

OCUPAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL DE VILA FRANCA DE XIRA----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo perguntam, sobre o centro comercial de Vila Franca de Xira, se há alguma evolução, atendendo a que é preocupante a situação em que se encontra, fechado, o que é bastante prejudicial para a própria cidade. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ESTRADA DA ALFARROBEIRA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo, sobre a estrada da Alfarrobeira, que na reunião de câmara de 23 de julho, em Vialonga, os membros da Coligação Novo Rumo perguntaram se eventualmente a câmara municipal já tem alguma solução final prevista para algum dos problemas dos passeios e circulação pedonal naquela área. ----------

Assim, seria importante reavaliar e tomar uma decisão final, para que não haja perigo para os concidadãos que circulam naquela zona. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ENTRADA NORTE DE VILA FRANCA DE XIRA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da junta, o Sr. Diretor da escola, e a comunicação social, na pessoa de Jorge Talixa, que pensa que faz hoje 58 anos, dizendo ainda que gostaria de desejar um bom ano, e que tudo possa correr pelo melhor.----------

Face às questões que gostaria de colocar, começa por voltar a questionar duas questões fora de Vialonga, e depois centrar-se-á em questões de Vialonga.----------

A primeira é sobre a entrada norte de Vila Franca de Xira, em que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem receber a tal troca de correspondência ou informação entre os serviços da câmara municipal e a Estradas de Portugal. ----------

Continuam sem saber o que é que, desde a primeira hora, a câmara municipal falou com a Estradas de Portugal. Sabem o que falou depois da terceira, quarta e quinta hora, não sabem o que é que fez quando recebeu a intenção da Estradas de Portugal, o que falou com a Estradas de Portugal e por aí fora.----------

Não sabem, e ainda não receberam a informação. Admitem que há muito trabalho, mas já falam deste assunto desde setembro, e até hoje a informação é que nem vê-la.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

TERRENOS EM FRENTE À ADUBOS DE PORTUGAL ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a uma questão que os membros da Coligação Novo Rumo já perguntaram várias vezes, a dos terrenos em frente à Adubos de Portugal.----------

Pensa que deve ser uma informação difícil de obter, o urbanismo deve-se deparar hoje com centenas de aprovações de projetos, e deve ter tanto trabalho que já falaram tantas vezes, e a informação ainda não chegou. ----------

Portanto, continuam à espera desta informação. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
URBANIZAÇÃO QUE ENCOSTA AO INTERMARCHÉ – PROLONGAMENTO DO CAMINHO POR TODA A VARIANTE - VIALONGA ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à urbanização que encosta ao Intermarché, que tem um caminho pedonal construído até ao fim da mesma, em que os membros da Coligação Novo Rumo questionam a possibilidade de o prolongar por toda a variante, nas restantes urbanizações que ali existem, porque a verdade é que a população de Vialonga já hoje usa a variante durante o dia, nomeadamente ao fim do dia, para fazer umas caminhadas, passeatas e corridas. -- Portanto, convinha que a câmara municipal dotasse de infraestruturas esta zona de Vialonga, como forma a ligar aos outros investimentos da zona ribeirinha. ----------

Já agora, poder-se-ia tratar dos caminhos de Fátima, que passam na zona da várzea, e em seguida verificar de que forma se podem ligar aos restantes caminhos que vão até ao Trancão, e ao caminho que sobe a antiga estrada que vai dar a Santa Iria de Azóia, que chegou a ter, inclusivamente, um projeto duma ciclovia. ----------

Desta forma, seria importante avaliar toda esta questão. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

AUGI DA FONTE SANTA – VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à AUGI da Fonte Santa, em Vialonga, dizendo que os cidadãos e os munícipes daquela zona têm reclamado variadíssimas vezes, quer na câmara municipal, quer ainda, nomeadamente, na última assembleia municipal, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber qual o plano que a câmara municipal tem para resolver o problema dos acessos e da circulação do bairro, nomeadamente nas vias que não têm, efetivamente, condições para o efeito.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PEDREIRA DA SOLVAY----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber, relativamente à pedreira da Solvay, que informação tem a câmara municipal face à mesma, que julgam estar desativada, bem como saber quais são as intenções da empresa para estas instalações.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

HOSPITAL DA FLAMENGA - VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao hospital da Flamenga, em Vialonga, dizendo que o mesmo está degradado, o património foi pilhado, roubado, devassado e incendiado, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber se a câmara municipal tem algum projeto ou ideia para estas instalações, exatamente em cima da rua do edifício onde hoje se encontram. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA – AUDITORIA AO JUVENTUDE DA CASTANHEIRA – PONTO DE SITUAÇÃO E ANÁLISE ----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo vão entregar um requerimento, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para que se inclua na ordem do dia, em próxima reunião de câmara, eventualmente na primeira de janeiro, um ponto sobre a análise da auditoria ao Juventude da Castanheira, que já foi várias vezes levantado, mas gostariam de reanalisar esse processo. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RESPOSTA ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA E QUESTÕES RELACIONADAS COM A ORDEM DO DIA ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se falará das respostas às questões que os Srs. Vereadores colocaram no período antes da ordem do dia no final da reunião, se lhe deram 20 minutos ou um quarto de hora mais, pois julga que a ordem do dia é suficientemente fluída para se poder ainda ter um espaço para as respostas.-------

Nesse sentido, passará à ordem do dia, sendo que há pedidos de intervenção para os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23 e 33, o que quer dizer que os outros estão aprovados por unanimidade. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, fazendo uma pequena retificação, referindo que em vez dos membros da CDU quererem falar no ponto 6, como por lapso foi indicado, querem falar antes no ponto 9, pelo que o ponto 6, para os mesmos, está tacitamente aprovado.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 042
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 836

Assunto: ATA Nº 27/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/11/27----------

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara extraordinária e pública de 2014/11/27, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 27/2014, da reunião de câmara extraordinária e pública de 2014/11/27.----------

Assunto: SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO - PARECER ----------

Presente para conhecimento o parecer do município, remetido por ofício ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente ao projeto de criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU, de facto, pediram o uso da palavra para este ponto, mas não sabe se não fará mais sentido o Sr. Presidente, no uso das competências que lhe são próprias, fazer a introdução do mesmo. Se entender não fazer nenhuma intervenção, dirão o que sentem sobre esta matéria.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que esta foi uma matéria que resolveu trazer para os Srs. Vereadores terem conhecimento, podia pô-la somente na pasta, e se calhar era capaz de ser tão útil como estar na ordem do dia. ----------

A questão em apreço é importante, está em discussão e, no fundo, o que a câmara municipal queria referir, através deste ofício, aliás como num ou outro momento já colocou, é a preocupação relativamente ao processo, à realidade de hoje e à incerteza da realidade de amanhã.----------

No fundo, este ofício teve como motivo referir uma série de preocupações que se têm relativamente ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. ----------

A câmara municipal tem receio que com este processo, sendo mais alargado, a autonomia e a forma como trabalha hoje possa vir a ser prejudicada, e sobretudo que os utentes venham a ser também prejudicados, tendo em vista a possibilidade que preocupa, e que não sabe se vai acontecer ou não, de pagarem um tarifário superior àquele que hoje é praticado. ----------

É um documento bastante extenso, mas que refere exatamente as preocupações do município, que em síntese são estas.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que efetivamente, tanto o Sr. Presidente, como com o próprio, fizeram uma análise do documento, e chegaram à conclusão que deveria vir a reunião de câmara para conhecimento, como forma de

reforçar e sublinhar as preocupações que desde o início do mandato já por várias vezes o executivo tem manifestado verbalmente, em reuniões de câmara, de ser totalmente contra esta regulamentação que se avizinha para o chamado negócio da água. ----------

Chegou o momento, após algumas reuniões que se tiveram no ministério, tanto o próprio como o Sr. Presidente, com o Sr. Ministro do Ambiente, onde foi colocada aos vários municípios de Lisboa e Vale do Tejo esta situação. Todos os municípios presentes, praticamente todos da Área Metropolitana de Lisboa, manifestaram-se contra, para não dizer todos, e foram informados que dentro de 45 dias sairia um diploma para emissão de parecer dos municípios face à regulamentação que o ministério quer colocar em vigor. ----------

Efetivamente esta é uma posição oficial, que não vincula o ministério ou decisória, mas foi entendido, à semelhança dos outros municípios, assumi-la por escrito. A câmara municipal foi notificada para manifestar o seu parecer, que está documentado, e sublinha ainda um fator, além de tudo o que se tem dito em reunião de câmara sobre os sistemas multimunicipais, em baixa, do negócio da água, daqueles que compram a água à EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, para sua distribuição. ----------

Toda esta regulamentação tem presente uma situação que não é só a questão tarifária, há outra situação que já nas reuniões de câmara se falou, que é, grosso modo, o chamado FAM – Fundo de Apoio Municipal. Existe um fundo de equilíbrio tarifário dos municípios da orla costeira com os municípios do interior do país, e este diploma vai criar esse fundo, que se aplica hoje à câmara municipal através do FAM, que tem de comparticipar em alguns milhões do seu orçamento para os outros que foram deficitários. Vai-se aplicar também no mundo da água para aqueles que, em baixa, apresentam contas sempre positivas, como têm sido os SMAS desde o princípio da sua história, seja qual for o cariz político que esteve na câmara municipal, e a autarquia vai ser obrigada a compensar os municípios deficitários no consumo da água. ----------

Portanto, é essa a justificação e o sublinhado, estando a câmara municipal totalmente contra este diploma que se prepara para sair. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, mencionando que o Sr. Presidente

fez muito bem em dar a conhecer esta posição da câmara municipal, e aliás os membros da CDU não partilham em nada que se poderia ficar com este assunto suficientemente esclarecido, do ponto de vista daquela que é a opinião da câmara municipal, se o documento aparecesse no conjunto de outros tantos, que naturalmente, tendo a sua importância, relegariam para um plano secundário o tema e importância da discussão. Aliás, têm mesmo opinião que era isso que fariam se estivessem no lugar do Sr. Presidente, poriam isto à discussão da câmara municipal, para dar-lhe força institucional, mais conteúdo institucional, no sentido de ser uma posição de tomada de força deste município contra esta situação.--------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que houve um espaço muito curto para resposta.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que tudo bem, mas no essencial a visão do PS sobre a matéria converge com a da CDU, e não há questões de fundo. Há um ou outro pormenor, mas no essencial têm uma convergência de opiniões sobre esta matéria. Portanto, aquilo que se passa é uma situação que há muito a CDU tem vindo a chamar a atenção, que é a suposta obtenção de economias de escala para a suposta sustentabilidade económico-social, e até se colocam as questões do ambiente, o que é de facto contraditório, quando se analisa o percurso de todos estes processos para a criação dos sistemas multimunicipais.----------

No fundamental, aquilo a que os membros da CDU têm vindo a assistir, e com esta decisão do Governo continuam a assistir, é que estas opções governamentais ao longo destes anos têm efetivamente criado dificuldades para os municípios, para as suas associações, de fazerem a manutenção das suas infraestruturas públicas de água e saneamento, quer sejam em alta, quer em baixa. Não podem deixar de não ignorar que muitos municípios, hoje, veem-se impedidos ainda de acesso a fundos comunitários, uma vez que não têm como pressuposto a adesão ou a sua instituição através da convergência em sistemas multimunicipais, o que é de facto uma situação de todo lamentável.----------

Há também uma questão que consideram ser extremamente preocupante, e que tem a ver com a possibilidade, mais do que iminente, caso esta proposta avance, de aumento dos défices tarifários, o que significa, no caso concreto de Vila Franca de Xira, o aumento da tarifa muito para além da taxa de inflação, ao contrário

daquele que tem sido o pressuposto político assumido, por maioria de razão, ao longo de todos estes anos, no concelho. Depois, há uma questão que de facto vai criar um obstáculo evidente, ou seja, se isto avançar fica-se com um estrangulamento nítido dos SMAS de Vila Franca de Xira, e não é só um estrangulamento do ponto de vista operacional, é económico-financeiro, para além da retirada de influência e presença institucional. ----------

Se este processo legislativo avançar, os SMAS, como o de Vila Franca de Xira, podem estar em causa, é disto que se trata, para além da interferência da câmara municipal, através do sistema da Simtejo, poder ficar completamente prejudicada, para não dizer eliminada, porque aos municípios, remetendo-os para uma figura de gestão à qual se deu o nome de conselho consultivo, reserva-se-lhes um papel de meros espectadores em todo este processo.----------

Houve, infelizmente, uma situação muito próxima, que tem a ver com a privatização da Empresa Geral de Fomento do Estado, o negócio dos resíduos, e o negócio da água há muito tempo que tem vindo a ser denunciado pela CDU. Os seus membros exortam o poder local e a câmara municipal, conforme consta deste parecer, a apresentar a sua mais profunda recusa, porque, acima de tudo, também representa um desrespeito e uma invasão de competências e atribuições específicas sobre o poder local.----------

Por outro lado, deve exigir-se que os municípios tenham um processo determinante, designadamente o de Vila Franca de Xira, na suposta reestruturação do sistema da água e saneamento, e que este município, conjuntamente com todos os da região, não descartem as possibilidades que estão neste momento em cima da mesa, incluindo institucional, política e judicial, no sentido de travar esta situação que, a acontecer, constituirá um grave prejuízo e será um forte contributo para a privatização de mais um sistema público, que é fundamental, essencial e estruturante para as populações do concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Portanto, convergem na opinião e na forma, eventualmente, e aquilo que reiteram é a profunda indignação que têm, e intranquilidade relativamente aos interesses do município e a todo o sistema que a ele diz respeito, na prestação de um serviço que, até à data, é de qualidade, e deve continuar a ser gerido e controlado publicamente pela câmara municipal, através dos seus SMAS. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com o parecer que a câmara municipal emitiu. Se fosse para votar, votariam a favor. É para conhecimento, tomaram conhecimento e estão de acordo. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que fica satisfeito por se estar em convergência, e pensa que é um processo no qual se tem de estar atento, sobretudo por uma matéria que a si, pessoalmente, e julga que a todos, também deve preocupar, a questão da autonomia do poder local. ----------

Não quer estar a frisar este Governo, na medida em que isto também já aconteceu em governos anteriores, é uma apetência que os governos têm, em cada momento, de se intrometerem naquilo que não se devem intrometer, que são as competências e autonomia do poder local. Pensa que é uma matéria na qual não se deveria transigir nunca, senão qualquer dia, de interferência em interferência, o município fica reduzido a muito pouco na sua área de influência e atuação.----------

Esta é mais uma relativamente à qual o município tem que tomar as atitudes que estão expressas no ofício que se enviou ao Sr. Ministro, que certamente terá, da parte do mesmo, a melhor atenção.----------

Desta forma, fica satisfeito por todas as forças políticas comungarem do teor do ofício. ----------

Tomado conhecimento.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 048
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 831

1. Assunto: 8ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014 ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 159/14, de 23/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 8ª Alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 159/14, de 23/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a questão da aquisição do edifício do rio Grande da Pipa, e a respetiva indemnização e expropriação do terreno no Bom Sucesso, constam nos pontos seguintes da ordem do dia, portanto mais ou menos os membros da CDU estão esclarecidos, mas gostariam que os esclarecessem sobre a restituição à ARS - Administração Regional de Saúde, do Centro de Saúde de Alhandra, no valor de 150 000,00€, se é o acerto de contas, se a ARS tinha enviado dinheiro a mais e agora a câmara municipal tem que o devolver. Gostariam que o Sr. Presidente explicasse o assunto mais em pormenor, bem como de saber sobre o reforço da rubrica dos serviços de exploração dos sistemas da Simtejo em 100 400,00€, ou seja, a que se refere concretamente. -------
O Sr. Presidente interveio, mencionado que, sem prejuízo de depois o Sr. Vereador António Félix se poder referir a esta matéria, dirá, relativamente ao Centro de Saúde de Alhandra, que houve no contrato-programa uma verba que foi para além daquilo que foi a conclusão e o valor da obra, de acordo também com a respetiva

conta final. Este processo já devia ter sido resolvido, mas a ARS só agora é que enviou o documento necessário para se poder restituir este valor. Portanto, houve dinheiro que foi enviado a mais por parte da ARS, e aquilo que é necessário fazer, como entidade de bem, é acertar as contas e, neste caso, fazer a respetiva restituição. ----------

No que diz respeito aos emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas, esta é uma matéria a que não se tem hipótese nenhuma de fugir. ----------

Foi feita uma auditória em 2005, e já foram feitas outras posteriormente, e o município vai ter que pagar esse trabalho, no valor de 17 000,00€. Não se estava a contar, porque não estava previsto no orçamento, agora tem que se pagar ao Tribunal de Contas este valor, não há volta a dar, pelo que teve que se fazer incluir nesta 8ª alteração. De facto, é um fator que o próprio nem sabe como há de classificar. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, referindo que o Sr. Presidente já deu as respostas, e faz-lhe lembrar, quanto à questão do Tribunal de Contas, que este devia estar com algum "problema de contas", porque no dia 22 é que enviou a carta a dizer que validou as contas de 2005, e para se pagarem os 17 000,00€.------

Relativamente à outra questão levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, que respeita à Simtejo, o que aconteceu foi que se fez uma previsão dos gastos em baixa, até porque se esperava que o consumo fosse menor. O que se verificou não foi isso, teve que se fazer um reforço no sentido de pagar a última fatura à Simtejo, e por isso é que consta o reforço de 100 400,00€. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que, como é normal, os membros da CDU abstêm-se neste ponto. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo então que esta alteração foi votada a favor, com a abstenção da CDU.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

---

Assunto: EXPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DO PRÉDIO URBANO E RESTAURANTE KATEQUERO, SITOS NA ESTRADA DA VALA DO CARREGADO, NO ÂMBITO DAS OBRAS DE REGULARIZAÇÃO DO RIO GRANDE DA PIPA----------

Presente parecer do Dr. Manuel Rodrigues, datado de 2014/12/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, com proposta do Sr. Presidente de aprovação da expropriação amigável do prédio urbano e restaurante Katequero, sitos na estrada da Vala do Carregado, no âmbito das obras de regularização do rio Grande da Pipa, com um montante de indemnização para os proprietários do edifício, ou seja, preço da compra, no valor de 100 000,00€, um montante de indemnização a pagar à Sociedade "Maria Manuela Guerra & Filhas, Lda", inquilina do rés do chão e proprietária do restaurante, de 125 000,00€, bem como da data da entrega do edifício livre e devoluto a 31 de dezembro de 2014, e data da escritura de compra e pagamento do preço e indemnização até 31 de dezembro de 2014. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que os membros da CDU congratulam-se com a resolução final da questão do diferendo com os proprietários do restaurante Katequero, na Vala do Carregado, o que tem a ver com as obras do rio Grande da Pipa.----------

Gostariam, pois pensam que ainda há alguns problemas a resolver, principalmente com a história do supermercado ou minimercado, que o Sr. Presidente também lhes fizesse o ponto da situação em relação a este e outros assuntos que estão por resolver. ----------

Mais uma vez reafirmam e relembram a questão do estacionamento, também naquela zona das obras do rio Grande da Pipa, pois continuam sem saber em que data se iniciam as obras e quando é que o assunto ficará resolvido.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a este ponto, comparando com o ponto 5 da ordem do dia, onde os membros da Coligação Novo Rumo ainda têm, da parte do Dr. Manuel Rodrigues, alguma explicação, nomeadamente como se chegou ao valor, pois faz algumas explicações e chega à área em causa, tendo a parcela uma área "x", uma construção "y" e um valor "z" de preço por metro quadrado. ----------

Neste ponto 4 não têm nada, têm uma opinião do Dr. Manuel Rodrigues. Com o

devido respeito, não podem votar opiniões, e deveria ter vindo uma avaliação do espaço, a área e o terreno que ocupa. O terreno que ocupa é, todo, propriedade do atual proprietário? As construções que lá foram feitas foram todas legalizadas pela câmara municipal? Se não foram legalizadas são passíveis de legalização? Só pode avaliar se é ou não um bom preço se tiver estes dados, não é a sua vontade. Aliás, recorda que há um processo para resolver em Vila Franca de Xira, dos apartamentos, em que o Dr. Manuel Rodrigues disse várias vezes que não era só um problema de opinião, era de fundamentação. ----------

Neste caso o que vê do Dr. Manuel Rodrigues é uma opinião, "julgo que", "acho que", e não é assim, pelo que solicitam que se retire o ponto, e que se fundamente e explique o que se está a adquirir. Está-se a adquirir o quê? Construções legais mais ilegais? Está-se a pagar um trespasse, depois, ao proprietário que lá está? Avaliou-se a faturação daquele negócio? Avaliou-se ou não?----------

O próprio não pode chegar a um valor sem perceber, e por muito que leia o documento não chega a conclusão nenhuma. Está este valor, como poderia estar outro qualquer, e não sabe se é caro, é barato ou é o melhor. Sabe que, para os dois casos, o Dr. Manuel Rodrigues evoca os acessos ao hospital, e também, eventualmente, poderia evocar as expropriações de terreno agrícola para a passagem dos gasodutos da Lisboagás ou outros. ----------

Poderia eventualmente evocar isso, que nalguns casos são bons, noutros são maus, não interessa, mas os membros da Coligação Novo Rumo gostariam que houvesse uma fundamentação, que tivessem uma planta que conseguissem perceber. Ouviram sempre que as construções eram ilegais, que parte daqueles edifícios não tinha uma construção legalizada, e nem legalizável, então, se assim é, deveriam ter outra condição para avaliar.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que se tem presente um processo longo, e tentou-se chegar há muito tempo em acordo com os proprietários. Está-se a falar de um restaurante que é a base da atividade económica de três famílias, que tem uma parte superior que serve de habitação, e isto tem que ser visto em dois níveis, o do edifício propriamente dito, e o da atividade que é desenvolvida no local. Não se pode chegar ao local e dizer "agora saiam daqui para fora, e acabou-se". Aliás, e já referiu mais do que uma vez, a própria avaliação de impacto ambiental refere

como é que se devia fazer relativamente àquelas edificações, o que o surpreendeu, verdade se diga, pois nunca tinha visto, e já viu algumas, que é demolir, depois de indemnizar. É isto que lá está mais ou menos, não se recorda bem. Assim, ficou a olhar e a pensar que um estudo de impacto ambiental se deve referir às questões de impacto ambiental, e dizer que aqueles edifícios não deviam ali estar. Contudo, foi mais longe, está lá escrito, como alguns se calhar terão lido, pelo que se tem uma questão que, no início deste processo, começou com valores muitíssimos mais altos.----------

Numa última ida ao local, justamente em 19 de novembro, em que esteva na Vala do Carregado, falou com as senhoras, que são três, a mãe e as filhas, e disseram-lhe que o dinheiro de indemnização é para dar continuidade ao negócio que têm, porque, propriamente dito, essa não era a questão mais revelante para elas, que era, através disso, continuarem o negócio na Vala do Carregado, noutro local.--------

É um edifício com muitas dezenas de anos, que à luz da legislação de hoje não era possível ser construído ali. No passado foi possível construir, pelo que, chegada aqui, esta matéria pode ir para tribunal para ser resolvida não se sabe quando, nem por que preço, nem por que valor.----------

A experiência que se tem é que numa expropriação o tribunal defende sempre, de uma forma que o próprio diria generosa, os proprietários, e se calhar bem, porque no passado foram muito mal tratados. Há muitos processos que ainda estão a decorrer relativamente a expropriações de construção de autoestradas, em que as pessoas, no seu ponto de vista, foram espoliadas. Provavelmente, se calhar, ao fazer-se justiça, vai ter que se pagar o justo valor dos terrenos. ----------

Assim, é preferível encontrar uma solução negociada do que chegar ao processo de expropriação, que é sempre mais oneroso para a câmara municipal. Este valor chegou a estar muito próximo dos 400 000,00€, em termos de proposta em cima da mesa, mas foi possível, de facto, chegar ao valor que é presente como proposta. Da conversa que teve com a senhora o que referiu foi que se estava a tentar encontrar uma negociação justa para ambas as partes, sugerindo que a sua advogada e o advogado da câmara municipal se encontrassem rapidamente no sentido de encontrar uma solução adequada. Foi assim que foi possível chegar a esta proposta.----------

Diz-lhe o Sr. Vereador Rui Rei que tem poucos elementos, os elementos existem no processo, e podem-se fazer chegar, naturalmente, com toda a brevidade. Estão lá os elementos todos, e poderão depois ser analisados.----------

Agora, há uma questão, esta é uma oportunidade que ainda não tinha acontecido ao longo destes anos todos, de que até ao dia de amanhã as pessoas entreguem o edifício. A escritura faz-se hoje, ou amanhã, mas está preparada, caso o ponto seja aprovado, para ser feita hoje, e as pessoas saírem imediatamente do local, para que o edifício seja demolido, também, o mais depressa possível.----------

Respondendo a uma pergunta do Sr. Vereador Aurélio Marques, que também falou sobre o minimercado, essa é outra dificuldade. Começou-se este processo com a presença dum titular, agora já aparecem vários, e aqui tem sido mais difícil. É um processo que ainda não se conseguiu resolver, na medida em que há várias pessoas, há um arrendatário, e está mais complicado. De qualquer forma, a grande questão que ali se colocava era justamente o restaurante Katequero.----------

Quanto ao estacionamento, mais uma vez refere que a demolição deste restaurante poderá vir a possibilitar a reanálise do processo, no sentido de ver se ali é possível ou não criar bolsas de estacionamento. As bolsas de estacionamento não são aquelas que eram reclamadas, mas é bem provável que se consiga encontrar uma solução de requalificação da zona, que permita também algum estacionamento, bem como o largo do Machado ficar mais desanuviado do que está hoje.----------

Quanto às outras bolsas de estacionamento de que se tem falado, o que está previsto é que a demolição do atual acesso à central, e a entrada em funcionamento do novo pontão, aconteça no dia 31 do próximo mês. Nesse sentido, fica o espaço todo limpo para, de uma forma mais adequada, se poder avançar com o estacionamento. Portanto, o que pede, apesar dalgumas questões colocadas pelo Sr. Vereador Rui Rei, é que se possa aprovar a proposta, e assim dar mais um passo importante na resolução de problemas que se têm, sendo que o último que falta resolver é o minimercado, para o qual se continua a tentar encontrar uma solução.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que gostava muito de estar de acordo, mas só tem para deliberar o montante de indemnização. Nem está em

causa a indemnização às três famílias, pois com certeza há um racional para chegar a esse valor, mas vai-se votar 100 000,00€ por um edifício em que nem sequer está nos documentos qual o terreno que se vai adquirir ou a área. Não está nada, e do seu ponto de vista esta deliberação não tem nenhuma fundamentação. Vai-se dar 100 000,00€ por uma coisa que pode ter 100m², 20m², 150m², 400m² ou 5 000m², não sabe, pois não consta. O Sr. Presidente dir-lhe-á que está no processo, com certeza, mas o próprio não conhece o processo.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador não é obrigado a conhecer, mas conhece. ----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o que diz é que não conhece o processo nesse detalhe, não conhece mesmo, e se soubesse que eram 200m², 150m² ou 500m², podia ter uma ideia, mas não sabe. O que ouviu sempre falar foi que havia uma parte daquele edifício que era ilegal, e mais, se é do que se está a recordar, há uma parte do edifício que é só uma questão de tempo e cairá, se ninguém lá foi pôr nada. ----------

Agora, para os membros da Coligação Novo Rumo votarem este ponto, pensa que falta mais qualquer coisa.----------

Interveio o Sr. Presidente, para fazer uma sugestão, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros para telefonar à Drª Paula Ascensão, e pedir que através de e-mail se possa enviar a minuta da escritura. Vindo a minuta, entrega-se ao Sr. Vereador Rui Rei, e o ponto fica em suspenso até a minuta ser analisada pelo Sr. Vereador e pelos outros Srs. Vereadores, naturalmente. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que está a falar porque não sabe mesmo a área de que se está a falar, mas concorda com o Sr. Presidente naquilo que disse sobre o estudo do impacto ambiental, porque o problema daquele estudo não tem só que ver com o que o Sr. Presidente falou, criou problemas ao início. Não tem de memória o detalhe, mas criou problemas com aquelas expropriações ou acordos que foram necessários fazer do lado de lá, pois o estudo já tinha problemas sérios. Nisso está de acordo, porque se recorda de ter lido e ouvido a opinião das pessoas que trabalharam nesse aspeto. Agora, nesta situação, com franqueza, não consegue avaliar.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que espera em breve ter a minuta, e em breve

será entregue ao Sr. Vereador Rui Rei.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que derivado à intervenção final do Sr. Presidente os membros da CDU aguardam então que chegue a documentação, e na altura devida o próprio dirá, possivelmente, o que iria dizer agora.----------

Interveio mais tarde o Sr. Presidente, perguntando se se está em condições de aprovar o ponto, com os novos elementos que entretanto chegaram, e concluindo que o mesmo é aprovado por unanimidade.----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

Assunto: EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS EM BOM SUCESSO/ARCENA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROQUAL – PARCELA Nº 6 ----------

Presente parecer do Dr. Manuel Rodrigues, datado de 2014/12/16, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, com proposta do Sr. Presidente de aprovação do montante de indemnização a pagar à Sociedade de Construções Cruz & Francisco, Lda, no valor de 76 000,00€, relativo à expropriação de terrenos em Bom Sucesso/Arcena, no âmbito do programa PROQUAL, parcela nº 6. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que este processo é muito antigo, como outros que são gavetas abertas que se vão fechando. Teve um processo negocial que começou nos cento e muitos mil euros. Tem-se vindo a negociar, e como os Srs. Vereadores se recordam, numa reunião que houve nas Cachoeiras, esta matéria foi falada, e o próprio respondeu a uma pergunta que foi feita que se estava a tentar encontrar uma solução, pois havia um valor que ainda separava as partes. ----------

Estavam em presença valores à volta de oitenta e tal mil euros, e a câmara municipal contrapunha com sessenta e tal mil euros, e houve a possibilidade de haver um acerto, e finalmente chegou-se a acordo como valor que é presente, e este processo, definitivamente, é arrumado.----------

De seguida colocou o ponto à consideração, perguntando o sentido de voto, e concluindo que o mesmo é aprovado por unanimidade.----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 057
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 840

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE DIREITO)----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 840/14, de 19/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para técnico superior (área de direito), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ---------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 840/14, de 19/12, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 647/14, de 17/12, do DGAFJ/DAJ, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, pedindo um esclarecimento, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo sabem que não se pode fazer "omelete sem ovos", mas que às vezes também "gente a mais só atrapalha". Assim, pergunta se este posto de trabalho é imprescindível, e qual é a função que está destinada para o mesmo.----------

   O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vice-Presidente para falar, pois é a pessoa que tem esta área de incumbência. De qualquer modo, esta questão vem ao encontro daquilo que é reclamado em algumas circunstâncias, e com razão, que não se pode ter indefinidamente pessoas avençadas, e tem que se resolver o problema. Não quer dizer que seja para as pessoas em causa, mas pelo menos abrir concursos, para possibilitar que se tenham no quadro estas pessoas, e que as que estão avençadas possam, eventualmente, concorrer ou não. ----------

De seguida, perguntou ao Sr. Vice-Presidente se a principal questão é esta. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a questão está respondida. ----
O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, perguntando se a abertura deste procedimento vai substituir algum técnico que esteja em situação de avença. ----------
Esclareceu o Sr. Presidente que, à partida, é justamente para, no quadro de pessoal, resolver estas questões, e ter o mínimo de avenças possíveis. ----------
Retomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que se é assim, está esclarecido, e apontada a razão de se fazer o início do procedimento. ----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que é muito injusto, sinceramente, ter pessoas às vezes anos e anos sem lhes dar a possibilidade de resolverem e consolidarem a sua situação. Pensa que se deve dar essa oportunidade, e é o que justamente se propõe. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que está tudo bem, e que, com a explicação que o Sr. Presidente deu, aceita perfeitamente. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 059
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 841

1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ALHANDRA - DEVOLUÇÃO DE VERBA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 157/14, de 19/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da devolução de verba, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no valor de 150 032,07€, na sequência da aprovação da conta final da obra, e no âmbito do contrato-programa para a instalação da unidade de saúde de Alhandra.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 157/14, de 19/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------
---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 060
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 842

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM NÍVEL DE BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) EM REGIME DE MERCADO, AO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 395/14, de 19/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato de aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em nível de baixa tensão normal (BTN) em regime de mercado, ao sistema de iluminação pública do município de Vila Franca de Xira, adjudicada à EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, pelo valor de 1 499 681,75€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 395/14, de 19/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que gostaria de lembrar e ao mesmo tempo dizer que os membros da CDU estão a aguardar que o Sr. Vereador António Oliveira lhes remeta a informação que já tinham pedido, quando foi da discussão da baixa tensão especial, que era a questão da nova biblioteca municipal e da escola do Sobralinho. Era um valor que era genérico, e pediram para ser esclarecido que valor pertencia a cada uma destas instituições.----------

   O Sr. Vereador António Oliveira interveio, referindo que a sua resposta é rápida, despachou isso diretamente quase na semana seguinte. Foi feita essa informação, mas irá verificar onde é que efetivamente está, e neste momento não pode dizer mais do que isso. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: PROCESSO Nº 0009/PAC/13 DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - DEVOLUÇÃO DE VERBA----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 872/14, de 22/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação da devolução de verba, no valor de 196,55€, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativa ao processo nº 0009/PAC/13, resultante do diferencial entre o valor transferido e o valor comparticipado por aquela entidade. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 872/14, de 22/12, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, relembrando um pedido que foi feito há algumas reuniões atrás, que tinha a ver com a questão do número de pessoas que estão a prestar serviços à câmara municipal, por conta do contrato emprego-inserção, e em que áreas esse trabalho se desenvolve.----------
   O Sr. Presidente interveio, mencionando que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso tem razão, esse trabalho está feito, infelizmente ainda não foi enviado, e nem sabe bem porquê.----------
   Desta forma, solicita que se veja com o Dr. Paulo Alenquer, na medida em que a única coisa que pediu foi o mapa comparativo com a última relação. O trabalho está feito, e se não tiver o mapa comparativo, envia-se já o que se tem, pedindo desculpa de ainda não ter sido enviado.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Assunto: MOÇÃO – SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015----------

Presente para aprovação a moção dos membros da CDU, intitulada "sobre o orçamento do Estado para 2015", documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que apesar de esta moção estar já há algum tempo para ser apresentada e votada, tem vindo de reunião em reunião, irá ler a parte final, para não se perder mais tempo, dizendo também, como referiu, que perdeu algum peso, mas mantém de alguma forma as questões que os membros da CDU levantaram. ----------

Este texto, na fase e no tempo em que todos se encontram, é evidente que pretendia fazer chegar ainda alguma posição junto do orçamento do Estado e da sua alteração. Sabem que neste momento isso não acontece, mas fica a posição, e também aquilo que entendem que deve ser o reforço, ou aquilo que o orçamento aprovado para 2015, que vai entrar em vigor daqui a 2 ou 3 dias, contraria. Não deixam de colocar, apesar de que, tendo em conta as vezes que a moção veio para ser discutida e votada, passou-se já algum tempo considerável.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo só querem lembrar que não se pode gastar o que não se tem, e quanto a uma das coisas que a moção reclama, que é mais investimento público, recordam que este Governo colocou agora como condição um aumento de investimento, a recuperação do emprego e o crescimento, à frente de todas as outras preocupações, em que se exige que todos os países estejam o mais alinhados possíveis com estes objetivos, de modo a que a recuperação, em Portugal e na Europa, seja mais forte do que nesta altura está programado. ----------

Lembram que foi apresentado um plano de investimento pelo atual presidente da Comissão Europeia, chamado Plano Juncker, que assenta na criação de um fundo europeu para investimento estratégico, e visa mobilizar recursos que são necessários ao crescimento económico, para corrigir o défice de investimento que se tem registado na União Europeia. Assim, julga que este plano é um bom ponto de partida, e por isso vão votar contra. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo, no que respeita ao Partido Socialista, que com esta argumentação ou outra os seus membros reveem-se naquilo que é referido, e

ainda há pouco teve ocasião de dizer que há questões difíceis de aceitar, como a violação de matérias que têm a ver com a autonomia do poder local. Dá o exemplo, e há vários, do FAM – Fundo de Apoio Municipal, tendo o próprio já tido uma intervenção na Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a matéria, em que, ou não foi bem compreendido, ou então há visões diferentes, e certamente que haverá. Assim, na questão de se dizer que quem está contra o FAM não é solidário, o que diz, com toda a clareza, é que quem deve resolver problemas desta natureza não são as autarquias, tem que ser o Estado, que, conforme resolveu em outras áreas, deveria resolver do mesmo modo esta dificuldade que alguns municípios atravessam. ----------

Portanto, há matérias com as quais os membros do PS estão de acordo, e votam a favor desta moção.----------

Assim sendo, com os votos contra da Coligação Novo Rumo, e os votos a favor da CDU e do Partido Socialista, o ponto é aprovado.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo farão chegar depois mais uma declaração de voto, que acrescentará à intervenção do Sr. Vereador Vítor Silva, e este assunto é daqueles que terão imenso gosto em avaliar em 2015. Em 2015 terão a oportunidade de verificar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira terá exatamente uma opinião em sentido contrário com a que teve hoje, e só apela à memória de todos. -

O Sr. Presidente interveio, repetindo o que já disse mais do que uma vez. O que está em causa sempre são os interesses do município. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que neste caso não vê onde. ------

Respondeu o Sr. Presidente que já referiu, numa ou outra passagem, aquilo que divide o PS da Coligação Novo Rumo sobre a matéria. Portanto, aguardará a declaração de voto para se apensar à ata.----------

Relativamente a 2015, quer dizer que o Sr. Vereador se está a referir que naturalmente haverá outra alternativa governativa, porque senão não se estava a referir a essa matéria.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o Sr. Presidente, como terá um novo documento, terá oportunidade de ter uma posição contrária. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que se irá ver. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio de novo, dizendo que quando o orçamento for feito a partir de Évora será substancialmente diferente, porque dinheiro não é problema. Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta intervenção do Sr. Vereador Rui Rei é mazinha e de mau gosto, porque efetivamente está-se a misturar aquilo que não deve ser misturado.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o Sr. Presidente, que é autarca, deveria ter uma posição bem vincada, não considerando o próprio que os argumentos que serviram para alguns, até autarcas, não sirvam para outros que foram outros governantes. Não é daqueles que diz, ao que está a assistir, "à política o que é da política", à justiça o que é da justiça", é "à pressão o que é da pressão", pois a pressão todos os dias é brutal.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei sabe mais do que o próprio sobre isso. Já tem muito com que se preocupar com as questões do município, e é nessas que se concentra sempre, seja qual for o governo que estiver em funções. ----------

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a moção apresentada pelos membros da CDU. ----------

---

Moção

Sobre o Orçamento do Estado para 2015

Considerando que:

- O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei das Finanças Locais (LFL) aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF). (Para uma variação de 17 % entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC, a variação proposta na alínea a) do artigo 85º é de 1.5 %);
- Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, a Proposta de OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1.785 milhões em vez dos 1726 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5 %, não referenciada como a lei determina ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e Fundo Social Municipal (FSM), mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos "acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja "martelado" de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto vêem o FEF reduzir-se respectivamente em 15 e 19 milhões de euros!);
- A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no Fundo Social Municipal (FSM);
- Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais (CIM), num quadro em que a própria regra de excepção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto;

  Estabelece a consignação do crescimento do Fundo de Equilíbrio Financeiro resultante da Lei das Finanças Locais à realização da participação do fundo de apoio municipal e consolidação orçamental (divida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);
- Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;
- Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efectivas realizadas no âmbito do Fundo Social Municipal (FSM), no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;

- Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:

  Tectos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS; Retenção em favor da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de 0.1% do FEF; Por "violação" da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL); Por "violação" da não redução de trabalhadores; Pela "violação" das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA.

- A manutenção de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), que detém a maioria do capital social da Valorsul, o que acarretaria um grave prejuízo, além do mais do que provável aumento dos custos para os munícipes.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida em 30 de Dezembro de 2014, delibera:

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento do Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;
2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;
3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta;
4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e protecção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.
5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à Associação de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias e divulgá-la junto da população.

Vila Franca de Xira, ~~26 de Novembro de 2014~~, 30 de Dezembro de 2014

Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

1. Assunto: MUSEU DA TAUROMAQUIA - PROGRAMA FUNCIONAL E CRONOGRAMA-------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 41/14, de 11/12, do DEC/D, para aprovação do programa funcional e cronograma relativos ao futuro Museu da Tauromaquia, seguidos de proposta orientadora de caderno de encargos, com vista à abertura de procedimento concursal para a direção científica do museu.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 41/14, de 11/12, do DEC/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que já veio a reunião noutra ocasião para discussão, e nessa mesma discussão houve ocasião de falar sobre determinadas matérias, e foram feitas algumas sugestões e propostas que, agora, no documento que é presente estão incluídas, porque pareceu que era importante que assim fosse.----------
Com essa melhoria, que considera ser uma melhoria das opiniões que foram transmitidas em reunião, que agora foram vertidas para o documento, passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para poder especificar melhor.----------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que o Sr. Presidente já fez de facto a apresentação do ponto.----------
Sob o ponto de vista da estruturação do programa funcional do museu, ele já estava definido no documento anterior, e sob o ponto de vista técnico também o que é presente é relativamente similar. ----------
Há, no fundo, a inclusão de duas alterações que parecem importantes, e que resultam da discussão havida na última reunião de câmara. ----------
A primeira é a questão de se abrir um procedimento para o encontrar da direção científica do museu, que possa ser um processo aberto a quem quiser aparecer

sobre esta matéria, para depois se poder avaliar, bem como a criação da comissão de acompanhamento, que acompanhará os técnicos na definição em concreto da estruturação do que será o Museu da Tauromaquia, quer o seu programa funcional, quer a sua localização, quer o seu cronograma mais fino, uma vez que se apresenta, no final do documento, um cronograma já adaptado relativamente ao que tinha vindo à reunião de câmara num primeiro momento. Essa estruturação será encontrada juntamente com uma comissão de acompanhamento, que se propõe, e é o que vem hoje à reunião de câmara, que possa integrar um eleito de cada uma das forças presentes, de modo a que se vá fazendo a discussão em concreto com maior regularidade. ----------

Hoje vem a reunião uma questão fundamental, que é a "pedra de toque" sob o ponto de vista da decisão política, do arranque para a concretização do processo do futuro Museu da Tauromaquia. A ideia é que, a partir de hoje, a câmara municipal possa formalmente tomar a decisão de avançar com o processo de criação do museu, e depois, em concreto, os técnicos, juntamente com a comissão de acompanhamento e a direção científica que vier a ser encontrada, poderem, dentro do cronograma apresentado, estruturar essa criação. ----------

Pensa que é importante para o concelho de Vila Franca de Xira que se possa tomar a dianteira relativamente a esta abordagem. ----------

Depois, faz uma referência final, que é importante, ou seja, sob o ponto de vista da organização do museu convém que tenha uma estruturação equivalente à que se tem criada nos museus e no museu municipal. A perspetiva é poder ter uma dimensão, sob o ponto de vista cultural, suficientemente importante para que Vila Franca de Xira fique definitivamente no mapa da museologia da tauromaquia, não só a nível nacional, como internacional, mas que possa ter também as condições necessárias para criar conhecimento em torno da tauromaquia. Portanto, servir de polo congregador de tudo o que se escreva, tudo o que se estude e tudo o que se relate sob o ponto de vista cultural e científico na tauromaquia em Portugal e no Mundo. ----------

Crê que se está na posição privilegiada para se poder tomar a dianteira neste processo, que é complexo, mas que vem secundar uma estratégia cultural e museológica muito estruturada que se tem tido ao longo dos anos, e que este ano,

este mês ainda, obteve mais um prémio, no caso da Associação Portuguesa de Museologia, para o melhor catálogo do ano de todas as exposições feitas no país inteiro, e ele foi em Vila Franca de Xira, mais uma vez, o que honra a câmara municipal. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que é um dado adquirido há muito tempo, das forças políticas, o apoio total à concretização do Museu da Tauromaquia que, como o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer, possa apresentar uma dimensão cultural sobre a tauromaquia que Vila Franca de Xira tem. ----------

Antes de entrar propriamente nas questões, relembra que o Sr. Presidente, na reunião de câmara em que se discutiu o assunto, em julho, disse, de entre outras coisas, "seja um projeto onde todos os aficionados se revejam, os consensos são muito difíceis, vamos tentar encontrar os consensos possíveis". Desta forma, da parte da CDU, os seus membros farão tudo para encontrar e conseguir esses consensos, que, embora difíceis, são capazes de ser possíveis. ----------

Depois, cita também o Sr. Vice-Presidente, responsável por esta área, que também disse, na última reunião, de entre outras coisas, "juntar à volta da mesa, e desta reflexão em torno da tauromaquia, o máximo de sensibilidades possíveis". Assim, quer-lhe dizer, e também nesta reunião, que os membros da CDU partilham por inteiro desse pensamento. ----------

Contudo, a que mesa é que o Sr. Vice-Presidente se refere? É esta mesa só? Esta, ou outra? Se é esta, acham pouco, porque deve-se procurar o máximo de sensibilidades fora desta mesa, isto é, ouvir aqueles que foram e são os verdadeiros protagonistas da tauromaquia vila-franquense. Portanto, não ficaria nada mal que se ouvissem e, possivelmente, na análise que se faz, não se estar refém de uma só opinião ou pensamento, que lhes parece que seja o caso. ----------

Não têm só, ao contrário do que se diz, o "dom da verdade", e em muitos contactos que tiveram, o que disseram logo na outra reunião, também ouviram alguns "queixumes" destas individualidades, que deram um contributo importante à tauromaquia em Vila Franca de Xira, pelo que seria talvez de "bom-tom", ao executivo socialista, ouvir outras opiniões. ----------

Quanto às questões concretas, e à instalação na rua Serpa Pinto, como local seria ótimo, pela sua centralidade, disso não têm dúvidas nenhumas, mas assaltam-lhes

sérias dúvidas sobre o espaço físico para a sua instalação. Salvo melhor opinião, julgam que é reduzido, exíguo, para a grandeza que se pretende para o Museu da Tauromaquia. É necessário que tenha espaço suficiente para receber o vasto património tauromáquico de Vila Franca de Xira, e não só. ----------

É a opinião que têm, embora seja salvo melhor opinião, mas pensam que se pode correr o risco de se ter um "museuzinho", e não é isso que todos pretendem.---------

Os trabalhos de adaptação das instalações na rua Serpa Pinto serão suficientes e haverá espaço para acolher a riqueza desse património?----------

As obras vão ser feitas, e têm sérias dúvidas, mas é "ver para crer, como São Tomé", e se calhar vão-lhes demonstrar que possivelmente estão errados. ----------

O executivo socialista equacionou outros locais para o efeito? Há vários locais, sem dizer que seja aquele, mas pode relembrar, até pela sua questão histórica, um que já foi um matadouro antigo, onde os antigos matadores vila-franquenses iam treinar para poderem matar ou descabelar os touros, que é a antiga biblioteca municipal. Assim, de entre outros deixam esta interrogação. ----------

O museu municipal tem um espaço próprio de grande importância na museologia do concelho e não pode correr o risco de ser desvirtuado, nem tão pouco desvalorizado o seu excelente desempenho. Faz parte da rede portuguesa de museus. Assim, perguntam qual vai ser no futuro a atividade do mesmo, embora o Sr. Vice-Presidente, pela rama, já tenha entrado nesse pormenor, na sua intervenção agora. Vai manter todas as atuais valências ou não? ----------

Não estará em risco, se assim não for, a sua certificação-credenciação? As dúvidas que têm são muitas, sobre estes aspetos e outros do funcionamento futuro do museu municipal atual, e é preciso esclarecer.----------

Quanto à comissão de acompanhamento, vai ser criada em julho de 2015, e em princípio concordam, como é evidente. Também sobre a questão das forças políticas, que o Sr. Vice-Presidente falou, da representatividade, não têm nada a opor, mas há que discutir antecipadamente a sua composição. Que individualidades? Que entidades? Que critérios de escolha? Quais as funções que terá a comissão de acompanhamento? Consultiva? Fiscalizadora? Ação interventiva? A direção científica consulta esta comissão? O que querem perguntar é qual é realmente a função dessa comissão, e há que haver uma definição. ----------

Quanto à direção científica, há uma alteração ao método de escolha, como também foi referido pelo Sr. Vice-Presidente. Na reunião de julho passado era indicado o nome do diretor científico, e é claro que agora há esta evolução, que se está a discutir. Já nessa altura entendiam, com o devido respeito, e salvo melhor opinião, que houve uma precipitação na indicação do nome proposto para a direção do museu. A opção foi errada, e o próprio diria, já que se está em Vila Franca de Xira, que "puseram o carro à frente dos bois", e não contribuiu, bem pelo contrário, para uma discussão que contemplasse mais alternativas. Julgam que nem mesmo para o interessado proposto a indicação antecipada foi benéfica.-- Tinham muitas dúvidas sobre essa indicação, e o apoio da CDU tinha algumas reservas em relação ao nome proposto. A situação agora foi invertida, mas também não querem deixar passar que iriam sugerir, na altura da discussão, vários ou alguns nomes, se se mantivesse a mesma posição de escolha, para se discutir, pois querem consensos, e não são quem gere a câmara municipal, é o executivo PS. ----------

Pode até citar, à laia de informação, de alguns nomes que têm, um de reconhecido mérito e incontornável valor tauromáquico, com experiência na gestão museológica, com um currículo invejável, que têm na sua posse, e do qual obtiveram a concordância na indicação do nome. Podem dizer, é Maurício do Vale, e não era um nome da CDU, era um nome para indicarem, que pensa que seria incontornável, mesmo para todos, mas pode estar errado, e para todas as forças políticas. Têm a concordância de Maurício do Vale, e a sua disponibilidade para assumir esse cargo, mas podia haver outros, como disse, tal como João Mascarenhas. ----------

Agora, houve uma evolução na escolha, há a abertura de um concurso para aquisição dos serviços de apoio científico. Fala-se muito da questão científica, académica, e por aí fora, não vai entrar nessa vertente, mas pensa que há um exagero em todas estas questões do academismo e cientificismo.----------

Depois, há uma grande confusão, que o executivo poderá esclarecer, quanto à direção científica, quando se diz, "desta forma, entende o executivo municipal abrir um concurso para aquisição de serviços de apoio científico, ao qual podem opor-se centros de investigação reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e

Instituições de Ensino Superior ou entidades participadas de ensino superior". Tinha um amigo estrangeiro que dizia muitas vezes, "o português é uma língua difícil, mesmo para os seus naturais", e está a falar no vocábulo "opor-se". De uma maneira genérica "opor-se" é "opor-se", interpretou assim, mas depois viu que é uma questão jurídica. São estas questões jurídicas que não domina, mas viu logo que seria, e há estas situações. Parece que podem candidatar-se, mas não sabe, os Srs. Vereadores esclarecerão, especialmente o Sr. Vice-Presidente, que é distinto advogado. "Opor-se" é "opor-se", mas não, pensa que se podem candidatar. ---------

Têm a dizer que estão totalmente de acordo que haja um concurso público para a nomeação de um diretor científico, não estão é de acordo que se abra um concurso, como é dito, salvo se os convencerem da utilidade da situação, a estas entidades, que depois nomearão ou indicarão, quando concorrem, o diretor científico. ----------

Irão perdoar-lhe, sem ofensa para ninguém, nem para futuros diretores científicos, atuais ou propostos, mas parece um "fato feito mesmo à medida do freguês". Não é um "gato escondido com rabo de fora", é um "rabo escondido com gato de fora". Não está a ofender ninguém, nem a fazer processos de intenção a ninguém, sendo que se veda o acesso ao concurso de pessoas individualmente, e até já deram nomes, e aparecerão outros, que podem concorrer individualmente. Isto vai restringir a possibilidade de qualquer cidadão, deste país, ou não, poder concorrer, se não tiver o respaldo destas entidades de ciência e tecnologia, ou entidades participadas de ensino superior. Pensam os membros da CDU que, como estão a contribuir todos para o consenso, era importante que os Srs. Vereadores que gerem a câmara municipal pensassem nisso, e não desta maneira, a não ser que os convençam da bondade da proposta, mas pensam que não. ----------

Estão contra a situação, até porque, na última página, no objeto, há também alguma confusão. A entidade nomeia o diretor científico, que vai ser remunerado com 1 500,00€ por mês, e não está a dizer se é muito, se é pouco, se calhar, em coisas importantes até não será nada por aí além, não é por aí, como se diz, que "o gato vai à filhós", mas depois também se fala que "a entidade deve assegurar ao diretor científico do Museu de Tauromaquia de Vila Franca de Xira os meios para deslocação autónoma no país e Europa, nomeadamente Espanha e sul de França".

Percebem o que é que isto vai dar.----------
Depois, nas peças a apresentar, e está bem que é para apresentar as peças para o concurso, e ainda se vão discutir essas peças, o diretor científico tem que fazer uma declaração de compromisso de disponibilização dos meios de transporte e comunicação referidos. Tem que dizer que não entende, mas se calhar o defeito será do próprio, que não é um académico, não é um científico, e é capaz de não entender algumas coisas, e gostaria de saber qual a razão, e há todo o direito de apresentar isso, de se apresentar o concurso desta maneira, para entidades. ---------
Pode até lembrar, sem querer equacionar ou equiparar, que ainda recentemente, há uns tempos atrás, no Museu de Neorealismo houve essa indicação, e foi individual, não foram entidades. Porquê, neste caso, que isto vem assim?----------
Estas são as reservas que têm sobre a situação, e pensam que era de "bom-tom" analisar, e voltar-se, se não à primitiva forma de indicação, mas haver um concurso público em que pessoas se pudessem candidatar, consoante as peças do concurso, como é evidente, e não as entidades.----------
Também têm reservas em relação ao local e a todo o funcionamento do museu.-----
Continuou, dizendo não se querer alongar, e possivelmente, consoante as intervenções que se seguirem, a CDU voltará a falar, a não ser que algum dos seus camaradas queira completar ou intervir. Portanto, são contributos, que são importantes, se não se vai decidir este ponto hoje, e estas questões deixam-lhes muitas reservas, e qualquer afirmação que o próprio tenha feito não foi de índole pessoal a quem quer que fosse. ----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo vão também dar opinião, e começam por dizer que, no domínio da festa de touros, Vila Franca de Xira acrescentou à criação de touros na Lezíria a condição de berço de toureiros reconhecidos, pelo que o papel que a festa de touros ocupa no concelho e na cultura vila-franquense é parte integrante, e diriam mesmo estruturante da identidade local.----------
Esta é a razão principal para justificar a existência de um Museu da Tauromaquia, que apoiam desde já, mas querem um museu autossustentável, e para isso é preciso haver um orçamento/estudo económico. O acervo que se tem, salvo erro, por aquilo que lê e recorda, são mil e tal programas da festa brava importantes,

mas certamente insuficientes para o acervo de um Museu de Tauromaquia que se quer com algum nível e dimensão. ----------

Por isso, é indispensável um orçamento/estudo económico, com o valor do investimento a realizar, para se saber o que é possível também comprar, embora admitam que possa haver muito conteúdo, em certa medida, ofertado, bem como saber quais os bens disponíveis, que certamente não serão muitos. ----------

Este município tem feito grandes investimentos em equipamentos destinados à cultura, caso do Museu de Neorrealismo, biblioteca (Fábrica das Palavras), que embora seja de louvar, há que pensar na sua sustentabilidade e na eficácia de custo/benefício. ----------

Do mesmo modo, pensam que o local ideal para a sua instalação seria a praça de touros. É claro que dirão que não é propriedade da câmara municipal, o que, sendo verdade, não impede que se tente chegar a um acordo com a Misericórdia, e se tente um protocolo com a mesma, não só convidando-a para uma parceria, mas igualmente levando em conta a necessidade de receitas que a mesma precisa. ------

Pensam que o "timing" é o ideal, pelas razões que apresentam.----------

Em primeiro lugar, a tomada de posse, brevemente, nos próximos dias, da nova mesa administrativa/provedoria. ----------

Depois, a requalificação da entrada sul de Vila Franca de Xira, em que se podia arranjar novo enquadramento para a praça de touros, equipamento que não é fácil ignorar, nem tão pouco deslocalizar.----------

Em terceiro, uma nova concessão para a exploração da praça de touros, a ser realizada no próximo mês de janeiro.----------

Sem esgotarem exaustivamente esta hipótese, não podem estar de acordo em que se acabe com o museu municipal, deixando de funcionar como exemplo monográfico da evolução do concelho e cidade, não só deixando de participar e indicar aos jovens, como a toda a gente que se interesse pela evolução do concelho. ----------

Por que não se cria, junto ao museu, o Museu do Tejo, mostrando as suas paisagens, biodiversidade e recursos naturais, e também o homem e a sua reação com o rio, no seu desenvolvimento económico sustentável, já que se tem o privilégio de ter uma zona ribeirinha bastante extensa, que acompanha quase a

totalidade do concelho? ----------

Pensam ainda que para a ajuda da implantação do museu devem ser feitos esquiços que deem uma ideia do que se quer instalar, e o espaço necessário para essa instalação. ----------

Não são contra a comissão de acompanhamento, desde que sejam definidas as suas funções, e a importância e representatividade, o que também é importante conhecer.----------

Por isso, pensam que é um bocado descabido e precipitado estar a pensar já num diretor científico enquanto estes pontos não estiverem devidamente esclarecidos.--

Aproveitavam ainda para dizer que seria importante, atendendo a que este ano assinalou-se o 30º aniversário da escola José Falcão, que houvesse uma reflexão sobre aquilo que a escola pode realmente viver, articulada com toda esta identidade, de ambiente de tauromaquia, que se procura até desenvolver com a criação do museu.----------

Terminou, referindo ser o que apraz aos membros da Coligação Novo Rumo falar sobre o Museu da Tauromaquia.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que foram referidas questões muito interessantes, mas pensa, e o Sr. Vice-Presidente já vai responder com melhor detalhe, que há questões de fundo que se têm de analisar. ----------

O Sr. Vereador Vítor Silva colocou uma questão que pensa que é uma segunda fase deste processo, que é a orçamentação do plano, do projeto ou do estudo prévio que se pretende.----------

Pensa que a festa brava tem muito que ir às suas origens populares, mas também tem muito de questões de caráter científico, e a elaboração museológica tem que ter determinado tipo de critérios, que têm de absorver muito daquilo que alguém, que esteja muito vocacionado e ligado a este movimento tauromáquico, possa acrescentar. Por isso, o diretor científico não é uma questão que se coloque por capricho, é uma necessidade. Como é que lá se chega? Qual é a individualidade? Qual é a entidade? Pois pode-se fazer o percurso, e caminhar no sentido de encontrar a melhor solução. ----------

Agora, há matérias de fundo que numa primeira fase se têm que resolver, e, ou se resolve, ou continua-se a conversar, como se tem vindo a conversar desde Vidal

Batista até aos dias de hoje, que foi o primeiro a pensar nestas coisas. Às vezes diz-se: "eu é que pensei nisto, eu é que disse assim", mas a história diz que já há muita gente no passado, há muitas décadas, que falou, e agora chegou historicamente o momento de se resolver a questão. Uns falaram muito, e todos os presentes têm a responsabilidade de fazer. ----------

Como é que se vai fazer? É isso que se está a discutir. Falou-se de situações que lhe parecem ser decisivas para se avançar no processo, e agora podem-se, do documento que foi apresentado, fazer alterações de acordo com o que foi dito. No entanto, julga que seria importante que hoje, mas se não for possível, pelo menos ter rapidamente um plano de ação para poder trabalhar, porque senão anda-se sempre a falar na mesma coisa e não se sai do mesmo. ----------

Quanto ao diretor científico, no caso do Museu do Neo-Realismo teve que se encontrar alguém especificamente com aquelas características, para ser a pessoa que, no fundo, foi consensual em termos da sua qualidade e competência científica. É aquele que lá está, porque era aquele que, de facto, se conseguiu encontrar e esteve disponível para fazer o trabalho. ----------

Neste caso, quando se diz: "isto tem que se abrir a toda a gente", com certeza que sim, pode-se abrir a toda a gente, mas há uns que estão no Largo da Câmara, e que falam de muita coisa, dizem umas coisas sobre touros. Contudo, o próprio, por exemplo, não tem o atrevimento de falar sobre determinadas matérias que desconhece, pelo que ouve e tenta aprender alguma coisa. Crê que uma entidade ligada à universidade podia ajudar, mas não é um fator essencial. O Sr. Vereador Aurélio Marques falou de uma pessoa, e curiosamente estava à espera que falasse de outra. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não falou. ----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, referindo que depois dirá ao Sr. Vereador Aurélio Marques, quando terminar a reunião, em quem é que estava a pensar, mas se calhar o Sr. Vereador já lá chegou. ----------

Ficou surpreendido porque, efetivamente, é uma personalidade bastante interessante, e há outras, mas não são muitas. Portanto, ao abrir o concurso a uma participação mais alargada, certamente que não se vão encontrar as melhores soluções.----------

Crê que se conseguiu, da conversa e reflexão que se acabou de fazer, encontrar pontos de convergência, para sair da discussão com um documento para se poder trabalhar.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que o Sr. Presidente sabe que o próprio escutou com muita atenção, tendo falado agora com o seu camarada, Sr. Vereador Vítor Silva, e hoje em dia há arquitetos que são ateus que projetam igrejas. Não são crentes em Deus e projetam igrejas.----------

O Sr. Presidente interveio, afirmando que não é incompatível. ----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, respondendo que não, nada, e até há grandes exemplos disso, em Portugal e fora de Portugal. Um museu não é um cemitério, não pode ser. Um museu não é um hospital. Um museu do século XXI não é um espaço onde qualquer movimento de pessoas é tido como suspeito. Um museu é outra coisa, e por isso é que pensa que a câmara municipal está equivocada no processo de um diretor científico.----------

Um diretor científico está longe de ser o mais importante do museu. Para alguns isto deve ser uma blasfémia, mas está longe de ser o mais importante. O próprio até nem é do Benfica, está à vontade, é do Sporting, mas se calhar fazia bem, antes de se discutirem algumas coisas do museu, visitar o Museu do Benfica, que é aparentemente o melhor exemplo. Nestas coisas tem que se ser racional, porque se não se for racional não se vai escolher o melhor modelo e a melhor solução. ------

Sugere que os Srs. Vereadores visitem o Museu do Benfica para perceber as várias junções que é preciso ter, para um museu que depois tem de ter visitantes. Não adianta nada fazer um museu só para uma pseudoproteção da memória, que depois não transmite essa memória, não dissemina esse conhecimento e não permite a inovação.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo dizem que a questão do diretor científico está longe de ser a mais importante, porque, do ponto de vista que têm, a criação do novo museu teria que se dividir, e pode-se dividir noutras, entre a conceção, a criatividade e a produção. Quanto à conceção, quando o Sr. Presidente disse que a questão do financiamento é uma atividade a seguir, não é não, sendo que quando se planeia um museu deve haver um coletivo de investigadores, e não é preciso ser um, podem ser vários. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que isso, nesta questão dos touros, é uma confusão. ----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, respondendo que não há nenhuma confusão, um investigador é um investigador. Não o preocupa ter um investigador que não é sequer aficionado, e não sabe qual é o problema. ----------

Pensa que, ou se quer fazer, ou se quer ficar fechado a "uns tipos que vão para as praças de touros, bebem uns copos e ainda andam a querer bater no tipo que lá está a ser chefe ou diretor de corrida". Quando quer fazer um museu, quer rasgar com uma lógica, respeitando a tradição e os grandes toureiros que deu Vila Franca de Xira. Não quer respeitar a casa de 2 ou 3 que até foram contra a corrida de touros em 1974 e hoje são grandes aficionados. Não quer isso, quer a política fora desta questão, quer falar da sua tradição e do seu futuro. É isso que quer. ----------

A tradição, a tauromaquia, quer uns gostem, quer outros não gostem, faz parte da história do Ribatejo, da história do concelho, pelo que o museu tem de ter um conjunto de investigadores, eventualmente uma comissão de honra, eventualmente o financiamento, onde se incluem, eventualmente, fundos próprios, e onde se inclui o financiamento através de fundos comunitários, bem como, eventualmente, um gestor do projeto, que vai garantir que o projeto saia da conversa até à prática. Depois, tem aquilo que será efetivamente importante para a sua projeção exterior, que é a criatividade e a produção. ----------

Quanto à criatividade, vai ter que haver uma direção de arte, "designers" e a narrativa. Vai ter que ter a história, que vai ter que se contar várias vezes. Estas também são pessoas importantes, tão ou mais importantes que o "tipo" que vai estudar cientificamente um conjunto de matérias. Há muitos e grandes diretores científicos que não conseguem transmitir um conhecimento, e não deixam de ser grandes investigadores, não conseguem é depois transmiti-lo para si, por exemplo, que não percebe nada do assunto, tal como será a maioria dos clientes do museu. Não serão todos grandes entendidos, serão curiosos como o próprio. ----------

Depois, eventualmente terá a produção, a parte do "design", do centro de produção dos conteúdos e da "web". ----------

Desta forma, é importante avaliar, mas está-se focado numa questão científica, e o que diz ao Sr. Presidente é que os membros da Coligação Novo Rumo estão em

condições de votar já a criação do museu, tenha sido apresentada pelo PSD, pela CDU, seja quem for, e neste caso pela câmara municipal, se o Sr. Presidente transformar a proposta. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que, tal como o Sr. Vereador Rui Rei disse que um ateu constrói igrejas, o próprio nem é aficionado. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que isso é importante, porque pelo menos tem um mérito. Estas coisas pelo menos têm um mérito, que é o facto de, sendo aficionado ou não, e não tem mal nenhum, porque o ato de ser aficionado não se traduz em ser-se melhor pessoa, e o ato de não ser aficionado também não se traduz em ser-se pior pessoa, a câmara municipal, através do presidente, mostrou, e bem, a vontade de criar um museu. Portanto, se o Sr. Presidente expurgar o local e retirar a questão do diretor científico, aprovam o museu já.--------

Retirando a questão do nome à parte, genericamente estão de acordo com a intervenção que a CDU fez e, por maioria de razão, com a intervenção do seu camarada, Sr. Vereador Vítor Silva. Portanto, como não há bipolaridade, estão de acordo, e há condições para se passar da conversa à prática. Contudo, aprovam o museu. Quanto ao museu, está perfeito, aprovam já o museu.----------

Depois, a questão seguinte é construir o museu, mas não pelo telhado, sendo que não tem nada contra o nome que a CDU apresentou, nem o nome que o Partido Socialista tenta fazer passar. ----------

O Sr. Presidente interrompeu, mencionando que já se ultrapassou essa fase.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não se ultrapassou nada. ----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que tanto se ultrapassou, que se apresentou agora uma proposta que absorveu as críticas e sugestões que foram colocadas.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, respondendo que sim, mas às vezes, quando não se consegue de frente, ou não se consegue de uma forma, "albarda-se o burro à moda do dono", ou seja, diz-se: "tomem lá, vão comer aquilo que querem", mas no fim o resultado há de ser o mesmo, ou andar lá próximo. ----------

O que diz sinceramente é que, quanto à questão da direção científica, seja da forma proposta ou outra, um cientista é um cientista. Um investigador nesta área ou noutra pode ter mais gosto ou menos gosto, mas um conjunto de investigadores

da instituição "X" ou "Y", que queiram investigar nesta área, pode-se chamar Manuel, Francisco ou Joaquim, ter estes nomes todos, serem 10 pessoas, e pode fazer esse trabalho. Assim, poderão todos sentar-se para falarem, de uma forma racional, com especialistas da área dos museus. ----------

Os membros da Coligação Novo Rumo não querem criar um "cantinho" para dois ou três se irem divertir, pois se é para isso, "tenham santa paciência, mas o próprio não dá mais para esse peditório", e não dá mesmo. Pessoalmente, não "dará mais para esse peditório", porque quer uma tauromaquia aberta à população, ao povo. Quer uma tauromaquia que cresça, que possa chegar à terra onde se encontram hoje, Vialonga, e à maior parte do concelho, onde está 90% da população, que é de Alverca para baixo.----------

Se não se fizer isso, o que se está, a prazo, é a condenar as tradições do concelho. Quer algo aberto, e para isso quer construir um concelho que seja à sua imagem e marca, que possa trazer aficionados, mas também não aficionados, gente curiosa que venha ver, e que com isso contribua para o desenvolvimento do concelho. Não quer mais um museu para dizer que se tem ali uma bandeira, mais ou menos com "os tipos que foram à lua e nunca mais lá voltaram", sendo que há uns que acreditam que se foi à lua e outros que não, que aquilo foi uma montagem de Hollywood. ----------

Portanto, de uma vez por todas tem que se construir o conceito que se quer do museu, e não aquela coisa que se "vendeu" em tempos à câmara municipal, que eram 4 páginas sobre o museu, e 13 ou 23 páginas de um curriculum. Isso não contribui em nada para a criação de um museu que se quer dinâmico, vivo e que tenha interatividade. ----------

Por isso, entendem que votar o museu é já. O Sr. Presidente coloca-o à votação, e aprovam o museu, mas tudo o resto é expurgado, porque não está em causa, neste momento, essa discussão. Esta é a opinião dos membros da Coligação Novo Rumo, e não sabem se os Srs. Vereadores estarão de acordo, mas para tudo o resto as pessoas devem-se sentar e montar, efetivamente, o que se quer, com o que a câmara municipal está disponível para pagar, com os financiamentos que vai arranjar e o que se vai construir para futuro, para a projeção do respetivo museu. --

O Sr. Presidente interveio, mencionando que quase que se arriscava a dizer que

tem uma sugestão que é capaz de resolver tudo isto. De qualquer modo, há questões que o Sr. Vice-Presidente irá responder, mas, retirando o ponto 4 da proposta, resolve-se tudo, para se poder continuar a trabalhar.----------
Quanto ao local, a proposta tem uma referência, não tem uma exigência. ----------
Assim sendo, no que respeita à comissão de acompanhamento, os Srs. Vereadores vão fazer o favor, depois, de dar os nomes para a sua composição, e no primeiro trimestre deste ano terá que fazer o trabalho que é necessário fazer, e depois apresentará ao presidente da câmara as conclusões.----------
Esse trabalho terá que vir a reunião para ratificar ou aprovar, como se quiser, mas se a câmara municipal, no seu todo, der condições políticas para essa comissão de acompanhamento poder trabalhar, e depois apresentar o andamento desse mesmo trabalho, crê que se estará em condições de dar o passo seguinte, porque senão continua-se a falar, sem grande possibilidade de evolução.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que se calhar esteve desatento na altura da intervenção do Sr. Presidente sobre a comissão de acompanhamento, pois não captou bem, perguntando se a comissão não pressupõe só os três representantes das forças políticas.----------
O Sr. Presidente interveio, lendo o que está escrito no documento, quanto à comissão de acompanhamento: "Defende o executivo municipal que o Museu de Tauromaquia deverá ter o suporte de uma comissão de acompanhamento constituída por três representantes das diferentes forças políticas com acento na câmara municipal e por outras entidades e individualidades ligadas à festa brava". Desta forma, são estes três representantes das forças políticas que depois vão encontrar as tais individualidades e entidades ligadas à festa brava, e tentarão encontrar um consenso, que nestas matérias não é fácil, como o próprio bem sabe. É um trabalho árduo, difícil, mas está convicto que as pessoas que irão representar as forças políticas estarão à altura dessa mesma tarefa. ----------
No caso do Partido Socialista, pode adiantar que será o Sr. Vice-Presidente a fazer parte da comissão de acompanhamento, quanto aos outros representantes, depois lhe dirão quem são.----------
Assim sendo, o ponto 4 retira-se. ----------
Os Srs. Vereadores poderão chegar à conclusão que não é preciso diretor científico,

pode haver outra figura qualquer, outra forma qualquer de discutir a matéria, e assim sendo deixa cair a direção científica, ou então os Srs. Vereadores poderão recuperar a direção científica.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se esta comissão de acompanhamento terá o mesmo trabalho que teve a comissão de acompanhamento do Museu do Neo-Realismo.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que pensa que são matérias diferentes. ----------

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que no caso havia uma associação específica, e neste caso é muita gente. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que uma comissão promotora não é certamente, é uma comissão com estas características, que são estas e não outras, e é no sentido de se poder começar a trabalhar efetivamente.----------

Agora, a Coligação Novo Rumo apresentará ao presidente da câmara qual é o elemento, a CDU apresentará qual é o elemento, o Partido Socialista já apresentou, que é o Vice-Presidente, e o próprio participará ou não numa ou outra reunião que se justifique mais para a frente. Entretanto vai-se começar a trabalhar, e o Sr. Vice-Presidente vai propor uma calendarização de trabalho, para se poder, no primeiro trimestre de 2015, ter este trabalho adiantado.----------

De seguida perguntou aos Srs. Vereadores se estão de acordo com esta metodologia, tendo tido uma resposta afirmativa. ----------

Prosseguiu, dizendo que com estas alterações, e a proposta que acabou de referir, o ponto é aprovado. Vai ser reformulado o documento, e, no fundo, a reformulação é a retirada do ponto 4 da proposta. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com a alteração proposta de retirada do ponto 4 do programa funcional e cronograma, referente à direção científica do museu.----------

---

Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 E 2014/2015 – PONTO DE SITUAÇÃO ATUALIZADO----------

Presente o processo instruído com requerimento nº 26/2014 dos membros da CDU, datado de 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para análise do ponto de situação atualizado do Orçamento Participativo 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que os membros da CDU pretendem falar sobre os pontos 12 e 13 da ordem do dia. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sim, e solicitando que se passe à apresentação do ponto de situação do orçamento participativo, relativa ao ponto 12, que provavelmente se terá de interromper por causa do período de intervenção aberto ao público. ----------

Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, sugerindo que então se comece pela discussão do ponto 13, tendo o Sr. Presidente concordado. ----------

Prosseguiu a Srª Vereadora, reportando-se às normas de participação, dizendo que os membros da CDU pensam que tem havido algum contrassenso nas mesmas e era bom retificar. O artigo 3º diz que podem ser candidatáveis os projetos que tenham competência exclusiva do município e das juntas de freguesia ou uniões de freguesia, e julgam que pressupõe que só podem ser abrangidos pelo orçamento participativo projetos que sejam da exclusiva competência do município ou das juntas de freguesia. ----------

Depois, a alínea d) do artigo 13º diz outra coisa, e pensam que contradiz um pouco o artigo 3º, ou seja, que as propostas que sejam desenvolvidas por associações deverão ainda responder obrigatoriamente a determinados campos, e descreve-os. Portanto, ou se escreve que só podem ser inscritos projetos que sejam da competência da câmara municipal ou abre-se o leque para estas propostas, que não lhes parecem incorretas, e pensam até que há situações em que as associações ou instituições do concelho podem, através do orçamento participativo, resolver algumas das questões, como o caso, por exemplo, da orquestra de Vialonga, na freguesia aonde se encontram. Há assim algum contrassenso, que se deveria resolver, sob pena de se estar a faltar ao cumprimento das normas de participação do orçamento participativo. ----------

Crê também que há uma má numeração no artigo 9º, que no nº 2 tem o ponto 2.2 duas vezes. Assim, já que se está a resolver esta questão das normas de participação, era bom resolver isso também. ----------

Continuou, dizendo que, ou se andou a investir em instituições e não se cumpre o regulamento, ou então tem que se alterar o artigo 3º. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que no artigo 3º o que se pretende com a formulação, que aliás foi igual nestes 4 ciclos participativos, pois referiu-se sempre isso, é excluir dos projetos a votação os que são, ou manifestamente privados, e dizem respeito à esfera privada de proprietários privados, ou são competências públicas do Estado, da administração central, em que a intervenção da câmara municipal se pode tornar impossível de realizar, uma vez que, de acordo com a lei, ela não pode intervir naquelas áreas.----------

Aliás, há 2 ou 3 projetos que ainda não se conseguiram executar, e a Arqtª Catarina Conde depois falará sobre a matéria, exatamente porque estão dependentes de aprovações por parte do Estado. Embora a competência seja da câmara municipal, obriga a pareceres prévios por parte do Estado ou entidades equivalentes, no caso da EPAL, por exemplo, na Castanheira do Ribatejo. ----------

O artigo 13º reporta-se a algumas explicações suplementares, no caso de serem projetos de índole associativo, porque a câmara municipal, no âmbito das suas competências, pode auxiliar ou intervir nos equipamentos das associações. Eles não são contraditórios, mas no caso de serem associações, trata-se delas terem que explicar especificamente o que é que pretendem com o objeto. Portanto, sob o ponto de vista jurídico não é necessário fazer essa alteração, porque a intervenção nas associações ou o apoio às associações ou escolas faz parte da competência da câmara municipal, e não entra em contradição com os 2 pontos. É a estruturação do normativo. ----------

Desta forma, não se encontram razões para ter que fazer alterações neste caso. ----

Refere ainda, no caso do artigo 13º, que este ano propõe-se praticamente manter o mesmo figurino que no ano anterior. Todos os anos se têm vindo a introduzir algumas alterações, e elas têm vindo a permitir uma participação cada vez maior por parte das pessoas e entidades. A ideia é, tendo em conta o sucesso do ano anterior, tentar estabelecer ou estabilizar estas normas para as pessoas se

começarem a habituar a um determinado tipo de participação.----------
Ir-se-á ver como corre, sendo a perspetiva e o empenho igual ao longo destes 4 anos de ciclo, e crê que finalmente as pessoas se começam a habituar a esta existência de orçamentos participativos, que continua a não ser muito habitual ainda no país. São poucos os municípios que os têm, não chegam a 10% ainda os municípios que avançaram com esta iniciativa, alguns nem sequer têm hipótese porque não têm verbas para promover investimento, mas enquanto o município tiver, tem-se feito questão de avançar com esta "fatia" que se coloca à decisão das pessoas, e é isso que se faz mais uma vez este ano.----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo, como o Sr. Presidente sabe, que não é jurista, o Sr. Vice-Presidente é que é advogado, e um brilhante advogado, mas quanto ao adjetivo "exclusivo", se a própria fosse olhar para estas normas de participação e não chegasse ao artigo 13º, se fosse uma associação, não se candidatava. Se são só investimentos de competência exclusiva do município, quer dizer que se na sua associação lhe faltarem 10 cadeiras, não sabe se pode concorrer ou não, porque a competência não é exclusiva do município.------
Lembra que numa das sessões em que participou houve algumas pessoas que propunham incluir no orçamento participativo o pagamento do relvado sintético do Grupo Desportivo de Vialonga, e foi dito que era impossível ser contemplada essa situação, uma vez que não seria competência da câmara municipal o pagamento do relvado sintético. Depois, crê que há 2 anos já foi possível requalificar o ringue do Vialonga, e este ano também a orquestra de Vialonga se pôde candidatar e ganhou, felizmente, para a aquisição de novos instrumentos, e portanto pensa que este adjetivo deveria ser retirado, para não ficar qualquer tipo de dúvidas.----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que se retira o "exclusivo" sem problema.
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que se retira facilmente esta questão do "exclusivo", pois não é necessário estar.----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que então, com a alteração sugerida pela Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, está-se em condições de aprovar o ponto 13, por unanimidade. ----------
Após o período de intervenção aberto ao público, interveio a Arqtª Catarina Conde, começando por desejar um bom ano a todos os presentes, e fazendo a

apresentação do ponto de situação do orçamento participativo, referindo que assenta, essencialmente, na participação pública, e em 4 pilares: no desenvolvimento económico, na coesão social, na preservação ambiental e, acima de tudo, na sustentabilidade.----------

É nesses valores que o orçamento participativo assenta, e essencialmente no quarto pilar, na sustentabilidade, e com eles todos consegue-se ter um processo que visa a valorização e a intervenção do capital humano no território.----------

O objetivo principal é promover uma dinâmica sociocultural e impulsionadora da participação pública e da cidadania, visando a participação individual dos cidadãos nas várias fases do processo e a afetação de uma verba nas várias freguesias.-------

Até agora já houve 4 ciclos decorridos desde 2011, com cerca 13 000 participações, e desses houve 37 projetos vencedores.----------

Neste momento há 16 projetos concluídos, em 2011 há 100% de execução, em 2012 87% de execução, há 10 projetos em desenvolvimento/execução e 11 projetos a desenvolver já em 2015, referentes ao orçamento participativo de 2014.

Mais concretamente, em termos de distribuição dos projetos no território, há projetos na área do ambiente e espaço público, 14 projetos na área do ambiente, 10 projetos na área da atividade física, desporto e lazer, 5 projetos na área da educação, 7 projetos na área das acessibilidades e mobilidade e 1 projeto na área da qualificação e inovação.----------

Neste momento já há um investimento de quase 2 000 000,00€, que se espalha pelo território de uma forma homogénea.----------

Continuou, dizendo que em 2011 foram abrangidas 4 freguesias, 4 cidades, Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo, Vialonga e Póvoa de Santa Iria, mostrando exemplos do antes e do depois, em Alverca do Ribatejo, com a praceta da Cabine; na Póvoa de Santa Iria, com a zona dos Caniços, em que houve uma continuidade ao próprio ecoparque, com materiais reciclados e utilização de plantas da flora autóctone; em Vialonga, com a Praça Alegre, muito próximo do local onde se encontram; e em Vila Franca de Xira, a tardoz da rua Egas Moniz, junto à escola Reynaldo dos Santos.----------

Alguns exemplos de 2012 são: em frente à secção náutica, em Alhandra, a construção do estacionamento; a requalificação da EB 1 dos Cotovios, com a

remoção dos telhados e trabalhos ao nível das caixilharias; no Sobralinho, a requalificação dos entroncamentos, designadamente o entroncamento junto à estrada que vai dar à Calhandriz; o projeto de inovação da instalação das redes "wireless" em 3 pontos em Vila Franca de Xira, no Jardim Municipal Constantino Palha, no parque urbano de Vila Franca de Xira, no parque urbano Dr. Luís César Pereira e no complexo municipal das piscinas. ----------

Em 2013 há um projeto que também já está terminado, o estacionamento nas zonas envolventes às piscinas Baptista Pereira. Depois, o projeto do percurso pedonal entre o jardim-parque e a estação dos comboios em Alverca do Ribatejo está praticamente em fase de conclusão. ----------

Prosseguiu, mencionando que se nota que o número de projetos foi sempre aumentando, com um pico considerável em 2014, face também às alterações introduzidas nas normas. Em 2014 houve 108 projetos apresentados, pelo que cada vez mais a participação da população é notória, sobretudo em termos de votos é ainda mais notória.----------

Houve um grande pico no ano passado e cada vez mais se nota que é uma participação muito válida, ainda mais válida quando se pede a avaliação da própria população ao orçamento participativo, em que a grande maioria, 84%, diz que é um processo muito relevante para o dia a dia e a intervenção no espaço público.----

Os cidadãos são envolvidos em todas as fases do processo, desde a fase em que há a apresentação dos processos e das propostas, o acompanhamento das propostas, a parte da votação, e o acompanhamento da obra em si e dos próprios projetos. ----------

As propostas têm consequências, e há espaços onde houve consequências. Uma intervenção no Sobralinho, nas estradas, a recuperação dos polidesportivos ou a recuperação de zonas verdes.----------

Acima de tudo, no ano passado houve a imagem de que a população intervinha, tinha um cunho próprio, as pessoas dinamizaram as suas próprias propostas, quer em Vialonga, quer na Póvoa de Santa Iria, bem como na Castanheira do Ribatejo, em que houve vários tipos de maneiras das pessoas dinamizarem as propostas que estavam a votação, tendo havido propostas com 3 mil votos, o que foi um muito bom contributo para o projeto.----------

Acima de tudo, esta é uma maneira de continuar a afirmar a participação pública como um vetor de sustentabilidade e democracia.----------

Terminou, referindo ser este o ponto de situação.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que os membros da CDU têm conhecimento de alguns munícipes que colocaram uma mesma questão à câmara municipal, e que continua sem resposta, tendo a ver com o valor que é atribuído a cada freguesia ou a união de freguesias. No caso do projeto vencedor não incluir a verba total que estava disponível para aquela freguesia, que processo é que passa a seguir? Vai ser chamado o segundo lugar? O terceiro lugar? Como é que é feito? ----------

No artigo 9º das normas de participação é dito que nas unidades territoriais poderá ser implementado um número de projetos que não ultrapasse a parcela que é estipulada para aquela zona, e o que sabem é que, por exemplo, no caso da Póvoa de Santa Iria, o Grémio Dramático Povoense, que ficou em segundo lugar, e pela informação que têm até hoje, ainda não tem a informação se vai ou não ser contemplado com o seu projeto. Portanto, pede esse esclarecimento.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o movimento associativo, pelas regras, está impedido de concorrer. ----------

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que não. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que pensa que está, e que o próprio saiba, quem concorreu não foi nenhuma instituição, foram pessoas, e por isso há aquele incremento da participação, que pensa ser importante, mas o incremento que existiu da população foi graças à intervenção do movimento associativo, que levou a que projetos que deviam ser feitos pelo orçamento municipal passassem a ser feitos pelo orçamento participativo. Do seu ponto de vista, por muito que seja positivo, de alguma forma desvirtua a possibilidade da população ver aquilo que, eventualmente, quer que venha a ser feito.----------

Há um aspeto muito positivo, que é a participação de um ano para o outro ter subido exponencialmente, que é uma coisa extraordinária, mas ao que parece, pela regra, e é preciso ler, a do ano passado impossibilitava que uma instituição diretamente concorresse. Portanto, nenhum dos projetos ganhadores é de uma instituição, é de uma pessoa que apresentou um determinado projeto. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, esclarecendo que não tinha entendido bem a questão e, efetivamente, sob o ponto de vista formal a apresentação da proposta é sempre feita por uma pessoa, porque depois é essa pessoa que vai, juntamente com quem entender, proceder à defesa da sua proposta, e as votações são feitas por cidadãos. Daí que a proposta, em termos formais, é de uma pessoa, embora possa dizer respeito a atividades, instalações ou equipamentos associativos. Efetivamente, sob o ponto de vista formal, este é um processo de cidadãos, não é um processo de instituições.----------

Isso facilita, sob o ponto de vista do trabalho e sob o ponto de vista, também, da dinamização, e efetivamente a intervenção das associações neste processo tem sido muito interessante. No último ano, sobretudo, foi muito interessante, e pensa que é um bom caminho porque, no fundo, através das associações as pessoas já estão mobilizadas e é interessante mobilizarem-se, também, sob o ponto de vista do cidadão em torno do orçamento participativo. Nessa perspetiva é possível que o projeto diga respeito às associações, mas a proposta é de um cidadão em concreto.----------

Relativamente à questão colocada pela Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, o valor global dos projetos que estão a concurso é sempre indicativo, porque na altura em que eles vão a votação ainda não estão, muitas vezes, completamente fechados, só se parte para essa fase se forem vencedores, e há a possibilidade de se poder realizar mais do que um projeto de cada unidade territorial, caso seja possível. Assim, só à medida que se for implementando o projeto no local é que se consegue avançar para essa decisão, portanto, depende um pouco do que custar o projeto que fica em primeiro lugar e da verba disponível para aquela unidade territorial. ----

No caso em concreto, a decisão ainda não está tomada, porque o desenho final do primeiro projeto não está ultimado, e o valor do segundo também ainda não é completamente conhecido. Tem-se apenas o valor estimado, que praticamente era a totalidade do valor previsto para a Póvoa de Santa Iria. Enfim, é um aspeto que está em estudo, o Grémio também o sabe, porque já colocou a questão e já lhe foi respondida. ----------

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que quando os projetos são vencedores já têm um orçamento, que pode ser um pouco mais ou

menos. Por exemplo, no caso do projeto vencedor da Póvoa de Santa Iria, está a falar num orçamento de 75 000,00€ para uma parcela máxima de 145 000,00€, e não crê que o projeto vencedor consiga, ou melhor, tenha necessidade de gastar a parcela na sua totalidade. De qualquer maneira, independentemente disso parece-lhe que não custa nada à câmara municipal, quando os munícipes consultam e pedem informação, que dê essa informação. ----------

Depois, agora ficou baralhada, porque, ao ler o artigo 13º, e o Sr. Vereador não estava na sala, mas já foi colocada a questão que o mesmo colocou, diz-se: "As propostas a desenvolver em associações", pelo que parte do princípio que, a partir do ano 2015, é possível às próprias associações desenvolverem os projetos, com os objetivos, os resultados esperados, a sustentabilidade e a estimativa de custos. O Sr. Vice-Presidente agora diz-lhe que não, que tem de continuar a ser a pessoa, a título individual, a apresentar os projetos para as associações, e francamente agora precisa de outro esclarecimento, porque não sabe se interpretou da melhor forma aquilo que disse anteriormente. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que efetivamente as respostas que deu antes são as que tem para dar agora. O valor dos diversos projetos é indicativo, e por isso o valor do projeto vencedor pode vir a aumentar ou a diminuir consoante o que depois for, efetivamente, orçamentado. Portanto, só depois de se conhecer o valor do primeiro é que se consegue conhecer o valor do segundo, e no caso as pessoas do Grémio sabem esta resposta, porque já perguntaram e já lhes responderam. ----------

Relativamente à questão técnica, mantém-se na mesma, e o facto de o projeto ser numa associação é perfeitamente possível, sendo a sua apresentação feita por um cidadão em concreto, nos mesmos termos habituais, uma vez que este é um projeto destinado aos cidadãos. São depois os cidadãos que votam, não são as instituições, mas nada impede que o projeto se desenvolva a partir de uma base associativa, sem nenhum tipo de problema. Aliás, é o que tem acontecido estes anos, sem nenhuma dificuldade. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, se não está engando, é o que diz o nº 3 do artigo 5: "A participação no orçamento participativo deve ser sempre realizada em nome individual", porque senão deixaria de ser o orçamento

dos cidadãos, e passaria a ser orçamento do movimento associativo, claramente e direto, não seriam os cidadãos. ----------

Pensa que cada um dos eleitos devia ter restrições na subscrição dos projetos. Os eleitos da câmara municipal e da assembleia municipal, por regulamento, deviam ser impedidos de apresentar projetos ao orçamento participativo, porque têm foros para poder fazer a presentação de projetos, e em nome individual deviam ser impedidos de o fazer, porque têm acesso a informação privilegiada, e não faz sentido que depois, em nome individual, apresentem projetos. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que não se tem isso previsto no regulamento, que entretanto já foi aprovado, mas pode-se estudar, só que não sabe se faz muito sentido, fora das regras legais existentes sobre a matéria, estar a fazer impender uma restrição a uma liberdade cívica. Agora, nos termos da lei geral há um cuidado a ter, e nos termos da ética política há, também, um cuidado a ter. No seu caso, no caso do Partido Socialista, nenhum dos seus membros apresentou projetos, não fazem isso, por essas razões, mas não sabe se faz sentido incluir isso nas normas, é uma questão que se calhar deixa para se refletir e, no regulamento do ano que vem, logo se verá se vale a pena ou não incluir. Do lado do Partido Socialista, compreende o que referiu o Sr. Vereador Rui Rei, e está de acordo. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que com esta análise se poderá passar para o ponto seguinte, se bem que lhe parece que a questão levantada tem toda a pertinência, e que é uma questão de compromisso ético entre os eleitos, que nem tem que estar regulamentada. ----------

Desta forma, o Sr. Vereador Rui Rei fez bem em colocá-la. ----------

---

Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO ----------

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2014/12/03, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação das normas de participação do Orçamento Participativo 2015. ----------

A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 12 da ordem do dia. ------

Deliberado, por unanimidade, aprovar as normas de participação do Orçamento Participativo 2015, com a alteração proposta de retirada da palavra "exclusiva" no nº 1 do artigo 3º.----------

Pelas 12h30, depois da discussão e votação do ponto 13 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 093
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº_____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
CONDIÇÕES DA ESCOLA EB 2,3 VIALONGA ----------

Interveio o munícipe, Sr. José Luís Vieira, desejando a todos, em nome da associação de pais da EB 2,3 de Vialonga, votos de boas festas e bom ano novo, e dizendo que gostaria de poder desejar estes votos de bom 2015 a todos os professores, funcionários e alunos que diariamente irão trabalhar nesta escola. ------

Infelizmente, como o Sr. Presidente bem conhece, as condições de trabalho nesta escola irão continuar péssimas. As condições de aprendizagem para os seus alunos continuarão a ser impróprias, e crê serem por demais conhecidas as dificuldades que os alunos e funcionários da EB 2,3 enfrentam. ----------

Desde 2008 que os pais, encarregados de educação, vêm alertando para a necessidade de uma intervenção de fundo nas suas instalações, que permita a todos os alunos uma aprendizagem em condições de dignidade. ----------

Todos conhecem bem os problemas, em especial o Sr. Presidente, pelo que não vale a pena dizer que os mais de 1000 alunos da escola continuam a ter aulas numa escola concebida para 600, obrigando ainda a ter 4 contentores "provisórios" cada vez mais degradados. ----------

Não vale a pena falar das péssimas condições de climatização das salas, que em dias como o de hoje são um gelo, e não se pode ligar o aquecimento, porque os quadros elétricos não aguentam, e são uma sauna no verão, pois não existe ar condicionado. ----------

Não vale a pena dizer que para cumprir a deplorável lei dos 30 alunos por turma algumas salas são autênticos caixotes de secretárias, pois essas foram preparadas para 20 alunos. ----------

Não vale a pena dizer que os alunos não precisam de computadores, pois também não têm rede informática que os suporte. ----------

Não vale a pena dizer que a escola só tem 4 casas de banho para mais de 1000 alunos, e que por excesso de utilização muitas estão frequentemente avariadas, e por isso fechadas. ----------

Não vale a pena dizer que os alunos continuam a caminhar diariamente ao sol, ao frio, à chuva, sem qualquer tipo de segurança, para o gimnodesportivo do Grupo Desportivo de Vialonga, pois a escola não tem. ----------

Não vale a pena dizer que os alunos do ensino artístico da música continuam a caminhar diariamente ao sol, ao frio e à chuva, sem qualquer tipo de segurança, para o centro comunitário, pois não há condições na escola para essas aulas.---------

Não vale a pena dizer que depois de terminar o 9º ano os alunos são expatriados para outras freguesias, e cerca de 500 alunos todos os dias caminham para o Forte da Casa, Alverca e outros locais, para conseguirem concluir o seu ensino secundário. ----------

Pensa que não vale a pena dizer, porque todos conhecem os problemas, e os responsáveis para mudar este tipo de coisas continuam a olhar para o lado.----------

Não se pode afirmar que isto é desculpa para o insucesso. A direção, os professores, os pais e a comunidade educativa desta freguesia têm dado provas da sua dedicação, de "vestir a camisola" para ultrapassar todo o tipo de dificuldades e proporcionar aos seus jovens as condições mínimas para o seu sucesso. A própria junta de freguesia, e aproveita para cumprimentar o Sr. Presidente, é inexcedível no apoio que presta à escola. ----------

O próprio Sr. Presidente da câmara reconheceu publicamente, há relativamente pouco tempo, ser este o melhor agrupamento do concelho, mas o esforço tem limites, não se fazem "omeletes sem ovos", e embora se vá fazendo o impossível, milagres não se conseguem, já basta a muitos dos jovens a desigualdade provocada pelas situações de desemprego e precariedade de emprego, para onde as suas famílias foram e estão a ser atiradas, não precisam também que na sua escola essa desigualdade seja agravada.----------

Sabe que o Sr. Presidente lhe vai dizer que a competência de resolver os problemas do ensino básico e secundário não é da câmara municipal, mas deve-se ser honesto, olhar para o que se passou no resto do concelho, e pode-se ver o que a câmara municipal, se quiser, pode fazer. ----------

Terminou, desejando mais uma vez um bom ano de 2015 e que não seja preciso que os seus filhos, que começam agora a sair desta escola, venham a pertencer à associação de pais para lutarem por uma escola nova.----------

Pede ainda ao Sr. Presidente que não esqueça a escola, pois a população de Vialonga não esqueceu, não esquece e não irá esquecer. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a câmara municipal comunga de

todas as questões que o munícipe referiu, e apesar das dificuldades que efetivamente esta escola tem, também era, há muitos anos atrás, ingovernável, e passou a ser governável. O munícipe recorda-se disso, certamente, aliás são do mesmo tempo, já cá andam há muito tempo, e sabem exatamente isso.----------

Isso aconteceu porque houve um conjunto de pessoas que se interessou e conseguiu criar um projeto educativo que hoje é reconhecido como uma mais-valia em termos qualitativos a nível do país, apesar das dificuldades, o que também tem a ver com a aposta feita pela associação de pais, professores e diretores que passaram entretanto por esta escola, pela anterior diretora, pelo atual diretor, pelo conjunto de todas as pessoas que trabalham na escola, que fizeram com que os alunos tenham, apesar de tudo, orgulho na escola onde andam. ----------

Houve também outras entidades que contribuíram para isso, como a câmara municipal, que disponibilizou o centro comunitário, e se houver tempo ainda se falará hoje sobre isso, na sequência de uma questão que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso colocou. A câmara municipal tem dado outros apoios, bem assim como a junta de freguesia. Portanto, é um conjunto e esforço coletivo que tem sido feito para que o trabalho educativo que é prestado nesta escola tenha a qualidade que efetivamente tem.----------

Sente-se satisfeito por isso, e insatisfeito porque não há a devida correspondência em termos de condições de trabalho. É verdade, e por isso a câmara municipal está hoje nesta escola, não por acaso, mas justamente para chamar a atenção à comunidade, e não só, porque a comunidade já conhece os problemas, ao Ministério da Educação e à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DGEstE. ----------

Já pediu ao Sr. Vice-Presidente para elaborar um ofício para enviar ao Sr. Ministro e também ao diretor da DGEstE, dizendo que justamente hoje se esteve nesta escola, em reunião de câmara, onde mais uma vez estas questões foram colocadas. Portanto, é mais uma insistência e chamada de atenção para ver se, de facto, no futuro, há condições de encontrar soluções para esta escola.----------

---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO----------
PAVIMENTAÇÃO NA RUA DA SOCIEDADE – FONTE SANTA - VIALONGA----------
Interveio a munícipe, Srª Maria Otília Pereira, dizendo que, não querendo chatear, mas sempre chateando, o assunto que a traz à reunião é o mesmo, a rua da Sociedade, na Fonte Santa, em Vialonga. Não pôde estar na última reunião, em Santa Eulália, mas soube que o Sr. Presidente falou desta rua. Disseram-lhe isso, mas gostaria de saber, como está presente nesta reunião, e não esteve na outra, da boca do Sr. Presidente, se realmente vai pavimentar a rua, se sabe quando, se tem alguma data prevista, porque os residentes têm carros naquela rua, e gostariam de a desocupar, pois têm todo o prazer de a ter desocupada para essa altura. ----------
Terminou, desejando um bom ano a todos.----------
O Sr. Presidente interveio, dizendo que o que pode dizer é que assumiu um compromisso perante os moradores e a câmara municipal, e vai-se cumprir. ----------
Há um trabalho que vai ser feito, que é uma análise que vai começar em janeiro, no sentido de verificar se as infraestruturas relativamente ao saneamento e abastecimento de água estão em condições, se há necessidade de fazer alteração ou não. ----------
Passada essa avaliação, e se os SMAS tiverem que intervir, intervirão naquilo que é necessário, avançar-se-á com o procedimento, para fazer a obra de pavimentação da rua da Sociedade. Foi esse o compromisso. ----------
Houve outras pessoas da Fonte Santa que foram também reivindicar outra pavimentação, noutra zona, e aí, aquilo que diz é: "Uma coisa de cada vez". Há uma prioridade, e essa prioridade advém das questões de caráter social, de algumas das pessoas que moram na rua da Sociedade, que os moradores transmitiram, e às quais todos foram sensíveis, no sentido de que a prioridade a ter, em termos de obra, é justamente esta rua. Portanto, não sabe se será imprudente, mas julga que no primeiro semestre a obra está concluída.----------
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que provavelmente será.----------
O Sr. Presidente interveio novamente, dizendo que então se vai trabalhar no sentido de que, no primeiro semestre de 2015, porque o lançamento do concurso e essas coisas todas demoram tempo, a obra esteja concluída.----------

É o que pode dizer, mas que vai ser feita, vai, é um compromisso, está no plano e orçamento, está tudo definido e, sobretudo, foi a palavra dada perante os moradores, e vai ser feito.----------

Quanto às outras da Fonte Santa, tem que se ver.----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO----------
MUSEU DA TAUROMAQUIA----------

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Guilherme, cumprimentando todos os presentes e dizendo que vai falar num assunto que já falou anteriormente, mas se o Sr. Presidente o autorizar falará num assunto de que se falou muito nesta reunião de câmara, e que apreciou muito, o Museu de Tauromaquia.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que normalmente os pontos que são discutidos na reunião de câmara não são para ser comentados no público, mas se forem 30 segundos, poderá falar.----------

Retomou a palavra o Sr. Manuel Guilherme, dizendo que vai tentar dizê-lo em 30 segundos. Quanto ao museu que se fala em fazer em Vila Franca de Xira, pensa que tudo o que se faça de melhoria para uma população ou concelho é sempre bom, e teve o prazer, até aos 21 anos de idade, de ver os melhores toureiros de Vila Franca de Xira, do país, e os melhores cavaleiros do país, pois lidava todos os dias com eles. Falava com eles, e com todos os forcados do país, bem como com os melhores cavaleiros de Espanha, pelo que pensa que tudo o que for feito para bem de um concelho é sempre de louvar.----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
QUIOSQUE NA RUA 28 DE SETEMBRO – VIALONGA----------

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Guilherme, dizendo que, salvo erro em 2012, numa reunião de câmara, no salão paroquial, em Vialonga, falou num caso que o está a preocupar muito e à população da rua 28 de setembro, um quiosque que está lá montado, em que, além do barulho que se faz até determinada hora, veio a saber ultimamente que o Sr. Presidente, ou ainda a ex-presidente Maria da Luz Rosinha, passou uma licença para que esteja aberto até às 2h00 da manhã. ----------

O quiosque está encostado à sua casa, e tem o direito, durante a noite, de sossegar e dormir descansado, sem ouvir barulhos. Sabe-se que as pessoas que são de África falam muito alto, o que incomoda, pois passa a noite, passam as horas, e não consegue dormir, nem a sua mulher, que ouve melhor, e ainda tem mais dificuldade em dormir. ----------

Mais grave ainda é que o quiosque não tem casa de banho. Na sua casa, na parte de trás, as janelas ficam a 2 metros do chão, e ainda há dias, em pleno dia, viu 2 senhores, um a urinar atrás dos camiões, outro a urinar encostado à janela. Estava dentro da sua sala, e teve para lhe "dar com um pau na cabeça", mas depois estava metido em trabalhos. Quando falou no assunto, nessa altura a ex-presidente disse que era uma caso de junta de freguesia ou GNR, e até hoje ainda não foi resolvido. Perguntou se a situação era para continuar, o certo é que continua, e é vergonhoso estar a ver um homem a urinar com a cabeça quase encostada à sua janela.----------

Será que não sobra um bocadinho de dinheiro do Museu da Tauromaquia para se mandar fazer ali uma casa de banho? ----------

O Sr. Presidente interveio, perguntando ao Sr. Presidente da junta se se pode relocalizar o quiosque, tirá-lo dali, pois pensa que se calhar a solução é essa. ---------

Interveio o Sr. Presidente da junta, mencionando que esta questão tem dado muito trabalho, foi um processo feito pelo anterior presidente, Manuel Valente, e o quiosque foi construído de raiz. Houve um investimento da parte do Sr. Sancho, de Santa Eulália, e há também um acordo da junta com o mesmo, que durante 10 anos, dado o investimento que fez, o quiosque estaria à sua responsabilidade. -------

Depois, há os licenciamentos, que por lei também permitem que esteja aberto até

às 2h00 da manhã, e isso tem criado, de facto, muitos problemas. A junta, sabendo estes problemas, tinha intenção que o quiosque viesse à posse da câmara municipal, e serviria para exposições e venda dos produtos das oficinas da escola, e propôs ao Sr. Sancho que o trespassasse, dando-lhe uma indemnização ao investimento feito, de 2 000,00€. ----------

Aproveitou há pouco para sair, e foi telefonar ao Sr. Sancho, visto que estão presentes mais uma vez os moradores, e ele propôs que se a junta der 3 000,00€ entrega o quiosque. Vai-se analisar, e pensa que está o acordo feito, para que a partir do próximo ano se consiga que o quiosque venha à posse da junta, e a junta irá oferecê-lo à escola de Vialonga, para a exposição e venda de produtos das oficinas, sendo isso que pode dizer. ----------

O Sr. Presidente interveio, perguntando, se se retirar dali o quiosque, se há condições de o fazer sem o danificar muito. ----------

Respondeu o Sr. Presidente da junta que não, ele está em estrutura de betão armado, pedra e cimento, sendo que o seu problema é retirá-lo como funcionamento de taberna, pois neste momento funciona como uma taberna. É um ponto de encontro de taberna, mais nada, não tem revistas, não tem nada. Vende cerveja, aguardente, whisky, tudo o que é de bebidas. Em tempos fechou-se uma taberna que estava ao lado, não sabe se os presentes se recordam de uma barraca que havia ali, e depois, infelizmente, criou-se um quiosque para vender revistas, que se transformou numa taberna, que é o que aquilo é hoje. Assim, o que pode dizer é que o acordo está feito. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que parece uma boa ideia, mas pergunta se o reaproveitamento que está a ser pensado tem sentido. ----------

Interveio o Sr. Presidente da junta, referindo que sim, há oficinas que constroem materiais de prata para vender, e seria uma forma de exposição e venda de artigos da escola, até porque era uma maneira de justificar a indemnização ao Sr. Sancho, adquirir para um bem comum. Era uma justificação, também falou com o advogado, e era a única alternativa que tinha. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que está muito bem, e se a escola está de acordo parece ser uma boa solução, e assim o Sr. Guilherme já vive mais descansado. ----------

Interveio o munícipe, agradecendo, também ao Sr. Presidente da junta, pois não esperava a apresentação que o mesmo fez hoje.----------

Assunto: PROPOSTA Nº 4 – CENTRO CULTURAL DO BOM SUCESSO – DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ----------

Presente para análise a proposta nº 4 dos membros da CDU, datada de 2014/11/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativa à dotação de equipamentos para o Centro Cultural do Bom Sucesso. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o que dirá é muito simples, os membros da CDU têm o entendimento que, "enxoval que não vai com a noiva, tarde ou nunca". Devem desculpar-lhe esta comparação excessiva, mas efetivamente este equipamento é mais do que digno para merecer o investimento por parte da câmara municipal, sem prejuízo de toda aquela que tem vindo a ser a sua criatividade própria, dinamizada pelas associações, em particular pelo Centro Social e Cultural do Bom Sucesso, entre outras que têm usufruído deste equipamento, com o qual desde o início se associaram. ----------

Portanto, mostram uma vez mais o desagrado que têm pelo facto de uma proposta dos vereadores da CDU não estar minimamente informada pelo vereador titular da área. ----------

Insistem com esta questão, o executivo, ou por "incapacidade", ou por "capricho", entendeu não informar, e não perceberam, entendem que a câmara municipal deveria informar, mais que não seja para facilitar a discussão, para antecipar, e indo ao encontro da recorrente insatisfação do Sr. Presidente para poupar tempo. --

Não se percebe porque é que não foi devidamente fundamentada, mas é com expectativa que agora querem ouvir o Sr. Presidente dizer o que lhe apraz sobre a matéria, e se é desta que se vão ter os equipamentos necessários para a dinamização cultural e criativa deste equipamento. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que utilizará duas expressões, porque são do Sr. Vereador Nuno Libório, e não fazem parte do léxico que costuma trazer para a reunião, não sabe se por "incapacidade", ou por "capricho", este ponto, relativamente à CDU, não vem instruído ou tratado da forma como deve vir, e como vieram todos os outros que os próprios Srs. Vereadores se encarregaram de solicitar o agendamento, que foi com algumas questões que quisessem ver esclarecidas. ----------

Lembra, e não sabe se é por "incapacidade", ou por "capricho", que quando a oposição quer saber uma informação sobre uma determinada matéria usa a figura do requerimento, que era o que provavelmente deveriam ter feito relativamente a esta matéria. O Partido Socialista, no caso, comporta-se exatamente como faz sempre, quando traz um ponto, ele vem instruído, e quando as oposições pretendem agendar um ponto, trazem as questões que pretendem colocar. ----------

O Sr. Presidente, relativamente a esta matéria, já em reuniões anteriores deu conta do estado da questão, e o próprio também tem pouco mais a acrescentar, a não ser que a câmara municipal está a acompanhar a questão, tem vindo a fazer algumas orçamentações, e está à procura do maior ou melhor formato possível, para adequar o montante do investimento à atividade que é realizada naquele espaço.----------

Entretanto a direção da associação mudou, teve ocasião de se deslocar lá, a este propósito, neste período, duas vezes, para reunir com a nova direção sobre a matéria, que tem um conjunto de prioridades que, sob o ponto de vista estrutural e do funcionamento do próprio centro, não passa especificamente por esta área. Portanto, está-se ainda a ver com a direção, e à medida que for havendo novidades serão trazidas a reunião, se o Sr. Presidente estiver de acordo.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que subentende então que a nova direção tem algumas prioridades, que passam pelo equipamento, mas não só pelo equipamento. ----------

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que é isso, sob o ponto de vista do seu próprio funcionamento e do funcionamento do centro. Portanto, até esse assunto estar completamente tratado, e ter ou não disponibilidade financeira para essas matérias, aconselha a cautela que se vão vendo estas questões com a associação em causa. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que é "capricho", e agora é que não fica com mais dúvidas. Pede desculpa, mas acha que qualquer um dos eleitos que está na câmara municipal, mas o achar tem muito que se lhe diga, deve ter como obrigação ler o mínimo possível da documentação para, coletivamente, se é que esse princípio existe em todos, tomar uma posição sobre a matéria. Uns mais do que outros, enfim, não está presente para falar da casa uns dos outros, mas sim

para falar dos comportamentos e políticas que regem este município. ----------
Os vereadores da CDU, no documento, dizem que "propõem", mas o agendamento aparece como "análise". Assim, pede desculpa, mas questiona se será incapacidade dos mesmos, ou efetivamente um "capricho" do Sr. Presidente. Pede desculpa por colocar a questão diretamente assim, mas é ao Sr. Presidente que cabe a direção da ordem de trabalhos, bem como a instituição da mesma para conhecimento prévio dos respetivos vereadores.----------
O que há de dificuldade para se perceber que os vereadores da CDU efetivamente querem que a câmara municipal se proponha deliberar? É esse o espírito que têm, e é isso que efetivamente está escrito. Do ponto de vista, quer da semântica, quer do que está no conteúdo da proposta, não têm dúvidas algumas.----------
Na intenção expressa e escrita dos vereadores da CDU a câmara municipal deve deliberar que o Centro Social e Cultural do Bom Sucesso se dote das condições necessárias no que respeita aos equipamentos cénicos. Deve elaborar, caso se revele necessário, porque não têm informação, e nem houve da parte do Sr. Presidente a preocupação de fornecer essa informação, um dito projeto acústico, para se perceber se os equipamentos que pensam que estão em falta são efetivamente aqueles, e se se revelam como necessários para o bom funcionamento do equipamento. Depois, claro está, é muito importante envolver os órgãos sociais porque, doutra maneira, não entenderiam que um processo dessa natureza pudesse ter a suficiente eficácia. ----------
Deve dizer, como é óbvio, que quando apresentaram esta proposta falaram com as pessoas, e nem lhes passaria pela cabeça estarem a decidir sobre uma matéria que envolve terceiros, nomeadamente os que são os utilizadores devidamente institucionalizados para o efeito. ----------
O que apuraram é que efetivamente a câmara municipal solicitou, há cerca de 1 ano, ou deverá estar a fazer 1 ano, um orçamento sobre a matéria, e essa informação foi prestada a quem era devido, inclusivamente até se chegou a um montante de valor para o efeito. Estar-se-ia a falar, há coisa de 1 ano atrás, de cerca de 2 000,00€, foi a informação que fizeram chegar à CDU. ----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se fossem 2 000,00€ estava "arrematado". -
Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não sabe se estava ou

não, mas quando não se sabe pergunta-se. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que irá explicar. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ao Sr. Presidente que explique o que tiver que explicar. ----------

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que não tem "caprichos" nenhuns, pelo que está à vontade para explicar o que sabe, e o que não sabe não vai inventar. ----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, dizendo que acha bem, isso fica bem ao Sr. Presidente, sendo que, como o mesmo pode imaginar, o próprio não se "poria a jeito" de ser desmentido amanhã. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que claro que não, está-se presente para falar verdade. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, respondendo que é óbvio, e se tem esta informação as pessoas que lha forneceram sabiam com quem estavam a falar. Portanto, está a falar, de acordo com aquilo que recolheram, dum montante de investimento pequeníssimo, à luz das contas gerais do funcionamento do município. Essa informação é do conhecimento da câmara municipal, ou pelo menos duma parte interessada, e portanto insistem nisto, não querem só analisar, querem deliberar. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai facilitar a conversa, se o Sr. Vereador Nuno Libório não se importar, porque é relativamente simples. Os orçamentos que se têm são substancialmente superiores a isso, e a conversa que houve entre o Sr. Vice-Presidente e o atual presidente da direção foi num sentido mais amplo, que lhe parece mais adequado, ou seja, adequar o equipamento, Centro Social e Cultural do Bom Sucesso com os recursos técnicos adequados, pois pode-se ali querer gastar uma coisa absolutamente absurda de dinheiro, e a utilização desses meios não ter utilidade. ----------

É preciso haver racionalidade nestas coisas, e por isso a conversa que houve com o Sr. José Noras foi em dois sentidos. Primeiro, adequar, em termos cénicos, o centro cultural, com alguns equipamentos, e também fazer algumas pequenas intervenções, que parece que são decisivas para o melhor funcionamento das atividades que lá são desenvolvidas, sendo nisso que se está a trabalhar. ----------

Quando o Sr. Vereador Nuno Libório diz 2 000,00€, é já, porque o orçamento que

se tem é um absurdo de dinheiro, e não se pode estar também a investir, com todo o respeito por toda a gente, em orçamentos que são autênticas coisas que não parecem adequadas. ----------

Desta forma, vai-se encontrar uma solução de compromisso entre algumas intervenções que são feitas, e não os 2 000,00€, talvez até um pouco mais, e pôr lá os equipamentos que são necessários, sendo este o compromisso que fica hoje.-----

Para que não fique uma ideia que há "caprichos", má vontade, ou seja o que for, que não é nada disso, trata-se de encontrar uma forma adequada, equilibrada e de bom senso para resolver isto. ----------

Portanto, pede ao Sr. Vice-Presidente para acertar com o presidente da direção do centro, de acordo também com verbas que sejam as que se adequem à atividade, e não a uma coisa qualquer que possa vir a surgir. Até o próprio grupo de teatro que lá estava já não está, está noutro equipamento neste momento, e por isso, dotar aquele centro cultural para as atividades da própria associação, com essas características. Uma coisa equilibrada, de bom senso, e depois resolver.----------

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que é o que está a ser feito.----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que isso corresponde à vontade dos membros da CDU, não há dúvidas, e é a vontade que têm. Para quem não conhece o equipamento até poderá ficar a pensar do se está a falar, é que o equipamento foi inaugurado e funciona, aos meses que todos conhecem, sem os equipamentos de som, luz e outros, do ponto de vista cénico, e é disto que falam. --

Estão a falar de um equipamento que teve um custo superior a 2 milhões de euros, que é colocado ao funcionamento da população através duma parceria muito inteligente com o movimento associativo, não dando o município garantias prévias, no sentido de garantir que se autonomizaria do ponto de vista da sua atividade cultural. É disto que estão a falar, o equipamento é construído, não sem o recheio, mas sem os meios fundamentais para cumprir o objetivo para o qual foi previamente elaborado. ----------

Como segundo ponto, mantém o que disse, porque não têm que assumir o princípio de que a informação que lhes prestaram, ou foi falsa, ou baseada num pressuposto qualquer que não fosse o bom interesse para a dinamização do centro cultural. Foi alguém que foi instado a dar opinião, e forneceu essa opinião

devidamente documentada à câmara municipal. É disto que estão a falar, e os valores de referência que lhes fizeram chegar eram esses.----------

Nem o próprio, nem nenhum dos seus camaradas, está em condições para dizer se 2 000,00€ chegam ou não, se são precisas 10 ou 15 colunas, não é essa a discussão que estão a fazer.----------

Para terminar, regista a disponibilidade para, duma vez por todas, se adquirir aquilo que é preciso para pôr aquele equipamento a funcionar, no sentido de lhe dar a devida rentabilidade e, muito importante, envolver os órgãos sociais do Centro Social e Cultural do Bom Sucesso, que são os principais utilizadores. Portanto, se essas questões ficarem garantidas, não há problemas de maior, estão todos de acordo.----------

Depois, é a tradução disso em ações concretas, e é só o que pede ao Sr. Presidente, porque cá estarão para fazer novamente a pergunta.----------

Interveio o Sr. Presidente dizendo, para que não haja dúvidas, e fique em ata, que é a intervenção que se está a fazer, a trabalhar com a direção no sentido de encontrarem rapidamente as soluções que se adequem às necessidades, para o desenvolvimento das atividades que hoje se desenvolvem naquele centro cultural, através da própria associação. Portanto, isso fica claro, e registado em ata. ----------

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 864/14, de 22/12, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/12/10 e 2014/12/21, no âmbito do licenciamento de obras particulares prevista no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 864/14, de 21/12, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que é presente uma comunicação prévia de uma administração do condomínio, que tem habitação e comércio, e pensa que já em tempos apareceu uma semelhante, mas não se recorda qual foi a justificação dada pelo Sr. Presidente. Depois, na área da construção há um ato da Mundisorte, relativo a uma demolição de construção, e não sabe se o Sr. Presidente pode desenvolver. ----------
O Sr. Presidente interveio, respondendo, quanto à primeira questão, que é um alvará para a criação de arrumos no sótão. ----------
Quanto à segunda, trata-se da demolição de um anexo que existe na propriedade, e é um alvará para a sua demolição, sem a qual não é possível legalizar a construção existente. ----------
Tomou a palavra o Arqtº Nuno Santos, mencionando que o anexo, pelo seu estado de conservação, irá ser demolido, e pretende-se com essa demolição libertar de constrangimentos aquela área, com construções que não pertencem à boa gestão da atividade. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que, dito por outras palavras, sem a demolição do anexo não é possível legalizar a construção existente. De qualquer modo, não está aprovado no projeto de arquitetura, e não é possível aquele anexo existir. Há muitas situações destas que se vão tentando resolver, e agora chegou a vez deste, que vai ser resolvido.----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 110
Reunião de 2014/12/30
Procº 17/95 LOTEPDM
Deliberação nº 847

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E CANCELAMENTO DA HIPOTECA SOBRE O LOTE 15 DO LOTEAMENTO DOS ENXOFRAIS, GRANJA – VIALONGA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 78/14, de 18/12, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento dos Enxofrais, na Granja, freguesia de Vialonga, cujo promotor é Dulce dos Reis Lobo da Costa, representada por Maria Manuela Martins Lobo da Costa Simões, bem como da libertação da caução, com o cancelamento da hipoteca sobre o lote 15 do mesmo loteamento, no valor de 28 750,00€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 78/14, de 18/12, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção definitiva das obras de urbanização e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, perguntando se é só numa parte que se vão levantar as garantias bancárias. É uma parte dos Enxofrais da Granja, porque há outra parte que ainda está em trabalhos. ----------

   Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que há dois Enxofrais, um é aquela "língua" de que se está a falar, e depois há o outro, que a Srª Vereadora conhece melhor que o próprio. ----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo uma questão que não está na ata e era hábito de se fazer. Não é já hábito a câmara municipal chamar os Srs. Presidentes de junta para as receções, no auto da receção, até para que possam ter noção daquilo que depois fica ao seu encargo no futuro? ----------

Respondeu o Sr. Presidente que é o que é sempre feito, e se neste caso não foi feito, falhou. ----------

Retomou a palavra a Srª Vereadora, dizendo que não consta na ata a presença do Sr. Presidente da junta. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que falhou, porque normalmente os presidentes de junta são chamados, na medida em que depois têm que se pronunciar, ou aceitam aquela tarefa, ou não aceitam. ----------

Neste caso praticamente não há zonas verdes, tem passeios e tem varrição. Vai tentar saber o que se passa, porque é que a junta de freguesia não foi chamada, e questiona ainda ao diretor do departamento se nestas circunstâncias a regra é os Srs. Presidentes de junta serem convidados. Estarem presentes ou não, também já houve situações em que se convidaram e não foram, mas aí já é uma opção do respetivo presidente da junta. ----------

Nesta situação, lamenta que o Sr. Presidente da junta não tenha sido chamado, mas não foi por "capricho", foi efetivamente por esquecimento. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DA TERRA DA FONTE E PEDREIRA – CACHOEIRAS ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 79/14, de 19/12, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização, com exceção das zonas verdes, do loteamento da Terra da Fonte e Pedreira, nas Cachoeiras, União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, cujo promotor é Andreia Denise Lopes Ribeiro Feijão, bem como da redução da caução no valor de 22 901,00€, mantendo uma caução no valor de 25 599,00€ até à conclusão dos trabalhos das zonas verdes, através das hipotecas sobre os lotes 18 e 19, avaliados em 56 550,00€.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 79/14, de 19/12, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção definitiva das obras de urbanização e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DA RAPOSEIRA – VERDELHA DE BAIXO – FORTE DA CASA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 81/14, de 22/12, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Raposeira, na Verdelha de Baixo, Forte da Casa, União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, cujo promotor é a Malonga – Construções, SA, bem como da redução da caução, no valor de 259 227,28€, para o valor de 33 000,00€. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 81/14, de 22/12, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção provisória das obras de urbanização e planta de inserção, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se aos pontos 18 e 19 da ordem do dia, e concretamente ao 18, dizendo que se vão receber estas infraestruturas, nomeadamente os espaços verdes, e pensa que os serviços deveriam ir ao local verificar, porque a relva foi transformada em erva. Do seu ponto de vista aquilo não estava em condições de receber, e pensa que o Sr. Presidente da junta também não foi chamado para coisa nenhuma.----------

   Contudo, da mesma forma que vem dito que as infraestruturas são recebidas, mais uma vez, no caso das telecomunicações, parece que a câmara municipal continua a viver fora do país em que se vive. Para já, há um trabalho feito na câmara municipal. Em segundo lugar, há notícias a aparecerem regularmente nos jornais, de municípios a reclamarem para si aquilo que é seu, e a câmara municipal

continua a entregar isto "alegremente" aos operadores, para gerirem como quiserem, sem ter uma preocupação de gerir o que é seu, que é uma coisa que continua a estranhar bastante, e pensa que não faz nenhum sentido. ----------

Depois, no que diz respeito aos espaços verdes, constam umas fotografias, mas nomeadamente nisto, que até é pequeno, coloca algumas questões. Foi acordado plantar 20 árvores, estão lá 20 árvores plantadas? Sim ou não? São 14 ou 13? Estão em condições ou não? Não consta nada, pelo que se chega ao local, tiram-se umas fotografias e diz-se que a zona está em condições de ser recebida. Não sabe se está, com franqueza, e no caso desta passa no local todos os dias e no verão esteve num estado absolutamente deplorável, e até nas fotografias se vê que a relva foi transformada em erva. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que pensa que é prado de sequeiro, não é propriamente relva. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, respondendo que não, aquilo é aquela língua que lá está, e pensa, mas não sabe o que foi aprovado no alvará de loteamento, e não se recorda, que deveria ser visto, pois tem lá um sistema de rega. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que não há problema em retirar os pontos, no sentido de melhor averiguação do local, nomeadamente a questão das árvores. -----

Quanto às questões das zonas verdes, estão significativamente melhores do que estavam há uns tempos atrás, pois estavam cheias de erva, e erva alta, nos passeios e tudo o mais. Depois, chegou o momento de resolver a situação, e alguém que cuide daquilo, que terá que ser a câmara municipal, provavelmente, porque a junta de freguesia diz que já não tem muitas condições para ir para além daquilo que já faz. ----------

Por isso, este é um trabalho com que se anda já há uns anos a esta parte para resolver. Há pouco falou-se qual era a estratégia da câmara municipal, que é aquela de já se definiu há muito tempo atrás, que é um conjunto de urbanizações que se têm inacabadas, que se querem acabar, e que são estas.----------

Portanto, pode-se ver se as árvores que estavam previstas colocar estão lá todas, mas as zonas verdes estão incomparavelmente melhores do que estavam há uns tempos atrás, o que não era difícil, verdade se diga. Agora, o que é preciso é que,

como se costuma dizer, aquilo tenha dono, que alguém trate das infraestruturas, e é isso que se está a propor, na medida em que o trabalho que foi feito está adequado, segundo o auto de receção, para ser recebido.----------

O Sr. Vereador colocou dois tipos de questões, infraestruturas de telecomunicações e árvores que estavam previstas ser colocadas e que eventualmente não estão, e a isso não sabe responder.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que fez uma pergunta, não fez uma afirmação, porque quando se aprova um alvará e quando se aprova todo o resto das especialidades e espaços verdes, sabe-se o que se aprovou, e o que questiona é se o que se recebeu é o que está aprovado.----------

Pensa que se estabeleceu um "standard", e bem, que é o da Malvarosa, em que os técnicos da câmara municipal foram ao local, mediram o lancil, disseram que há "x" metros, isto ou aquilo, está perfeito, ótimo, fantástico, 5 estrelas. Depois, até há coisas que são pequeninas, que é o caso desta, da Verdelha, e foi daí que surgiram as questões que os membros da Coligação Novo Rumo colocaram anteriormente aos terrenos da parte de cima, porque, se se for ver às atas das reuniões, leem-se as afirmações do Sr. Vereador Ramiro Matos, à época, e por que razão o próprio, à época, votou como votou a urbanização do loteamento da Raposeira.----------

Aquilo é aprovado naquelas circunstâncias, recebe-se, está de acordo com o projeto, com isto ou aquilo, então está perfeito, 5 estrelas, ótimo, e a câmara municipal recebe, mas depois vai-se à questão das infraestruturas. Do seu ponto de vista, a câmara municipal não pode, em 2014, estar a atuar nas infraestruturas como há 10 anos atrás. Não pode, isto é propriedade do município, é de todos, e tem que passar à propriedade, ao domínio público ou privado do município, e que ser gerido de forma agregada. Os operadores não têm que realizar capital com coisas que não são suas.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vereador Rui Rei no que disse é capaz de ter razão.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não se pode financiar, o que já disse várias vezes, o "Sexy Hot" e o Disney Channel", que é o que se está a financiar ali, não é o resto. Portanto, não se pode fazer isto. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta matéria é uma questão de fundo e de princípio, e já pediu ao advogado da câmara municipal, que às vezes não é tão rápido como gostaria que fosse, para fazer um trabalho de fundo, para que o próprio esteja suficientemente documentado e confortável para avançar num processo desses.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que está feito.----------

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que pode estar feito, mas entretanto também saiu outra legislação, e o advogado disse-lhe que tinha de analisar melhor. Foi o que ele lhe disse, mas "pode voltar à carga", como se costuma dizer. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo permissão para fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, ao que o mesmo respondeu que sim, só não sabe é se saberá responder. ----------

Quanto à questão do Sr. Vereador, tem que estar já no próprio alvará, coisa que normalmente não está.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que está. ----------

Prosseguiu, referindo que se aprovou, e não foi o Sr. Presidente, mas não interessa, a língua de que se está a receber, na Verdelha, e genericamente podia ser a Verdelha, Raposeira ou o que for, está-se a falar de 5 ou 6 lotes, mas podia-se estar a falar de 50, é igual, e podia-se estar a falar do loteamento da Teixeira & Duarte, na Póvoa de Santa Iria, que era exatamente igual. Quando o Sr. Presidente autoriza a entrega do alvará ao promotor, diz que tem que entregar água e esgotos, eletricidade, com uma ligeira "nuance" no gás, e telecomunicações, e quem paga as infraestruturas das telecomunicações, todas as condutas, é o promotor.----------

O promotor paga-as, entrega-as à câmara municipal, mas não é isso que faz, e não é porque não queira, é porque a câmara municipal, esta e as outras, a maior parte das vezes, agora com uma ligeira "nuance" numa delas, pois aceita um documento de um técnico responsável, porque antigamente ainda fazia mais, obriga a que o promotor peça à Portugal Telecom uma vistoria às infraestruturas, e a Portugal Telecom faz-se pagar por vistoriar as infraestruturas, que já utiliza, e para passar um documento a dizer que estão em condições de ser utilizadas.----------

Considera que não pode ser assim, aquelas infraestruturas são da câmara

municipal, que é quem as cede, sendo que está nos registos da câmara municipal um pedido à Portugal Telecom que devolva ao município a rede da Malvarosa, e até hoje não respondeu. Porquê? Porque a rede da Malvarosa é propriedade do município. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que esta reflexão não é de 2 ou 3 minutos, exige uma grande reflexão. Não está em desacordo, mas tem uma dúvida. Aliás, tem muitas, mas sobre esta matéria tem uma dúvida, que é o facto de o município ficar com as infraestruturas, geri-las, e essa gestão ir até à manutenção das mesmas. Assim, é uma situação para a qual a câmara municipal se tem de apetrechar convenientemente, pois pode haver um problema numa infraestrutura.-

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os SMAS fazem, como fazem à água, é igual. ----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não está tão certo assim, e tem sobre estas matérias algumas dúvidas. São muitas urbanizações, muitas infraestruturas, em que, num determinado momento, pode haver um problema grave, e as pessoas ficarem sem televisão, sem Internet, sem essas coisas todas, e depois quem é que resolve? ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, pedindo para não se confundirem patamares, sendo que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Oeiras, a Câmara Municipal de Benavente ou a de Almada, não são fornecedores de serviço de telecomunicações, não lhes compete.-

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que são proprietárias de infraestruturas, e se não estiverem convenientemente mantidas vão ter um dispêndio, que pode não ser tão pequeno como isso. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a câmara municipal tem neste momento um problema, e por alguma razão, pois ainda há uns dias voltou a sair na comunicação social que câmaras municipais, neste caso como Oeiras, Entroncamento e mais, estão com processos em tribunal, porque já reclamaram todas as infraestruturas, e isso é porque se está a falar de muitos milhares de euros que os municípios estão a perder, que estão a entrar nos bolsos dos acionistas dessas empresas. É disso que se está a falar.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que a câmara municipal paga as

infraestruturas, tem que as manter nas condições adequadas, e pode haver um problema qualquer. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando qual é o problema que pode haver.----------

Respondeu o Sr. Presidente que pode haver o abatimento de uma conduta onde passam as infraestruturas ou outra situação, e naturalmente que o arrendatário tem que ter as infraestruturas em condições, e que fazer a manutenção das mesmas. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador, referindo que quando se está a falar de uma conduta de telecomunicações está-se a falar de uma caixa, e uma conduta só abate se lá passar um camião em cima. Por alguma razão o operador quer tê-las do seu lado e não as quer colocar do lado dos municípios. Está-se a falar de uma coisa que é absolutamente estratégica e essencial. ----------

Fala-se de tudo, do que é serviço público, e serviço público é ser detentor das infraestruturas, não é ser detentor da fibra ótica. Há pessoas que pensam que é a fibra ótica, mas não, se o município tiver a infraestrutura, permite que os vários operadores possam chegar a casa das pessoas, possam dar concorrência, permite que as pessoas tenham liberdade de escolha. É nisto que se está a falar, não se está a falar doutra coisa. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não põe nada em causa daquilo que o Sr. Vereador Rui Rei disse, e há de facto uma estratégia que tem que ser muito bem pensada. Provavelmente têm que se tomar decisões, porque não é o presidente da câmara que vai tomar decisões de fundo sobre a matéria. Há estratégias que têm que ser pensadas, refletidas e regulamentadas pela câmara municipal, no seu todo. Tem-se vindo a falar sobre esta matéria, e o Sr. Vereador Rui Rei, justiça seja feita, tem insistido muito neste ponto, e vai-se ver. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, referindo ser a última vez que fala do assunto hoje, dizendo que ficou feita, no concelho de Vila Franca de Xira, uma rede, a que falta dar coerência, mas existe, feita quase "a zero" pela câmara municipal, feita por terceiros, por exigência da câmara municipal à época. ----------

Uma parte dessa rede foi a que serviu num projeto apresentado no orçamento participativo, que é a ligação dos jardins públicos, que está toda feita com

condutas propriedade do município, feitas atualmente. Para além disso, todas as obras que foram feitas em Vila Franca de Xira, quer no passeio ribeirinho, quer no interior da cidade, levaram condutas, já lá vão 3 anos. Há notícia de algum abatimento na conduta?----------

O Sr. Presidente interveio, respondendo que não.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que as condutas não se constipam, têm uma vantagem, não se constipam e dificilmente abatem, a não ser que tenham um problema de construção, e muito menos nas urbanizações, pois normalmente as caixas não estão feitas nas estradas. ----------

O problema das condutas é quando as caixas estão nas estradas, passam os camiões por cima e partem as tampas, em tudo o resto as condutas estão feitas a mais de 1,5 metros de profundidade, onde não há sequer condição de esmagamento. Elas estão feitas, por exemplo, na Malvarosa, e depois tudo o resto, com o melhor que pode existir em Portugal, e não só, na Europa. Estão feitas de acordo com a regra básica, têm tudo o que de melhor existe, e a câmara municipal agarra-as, e diz: "toma lá, gere e faz como quiseres".----------

Pensa que isto não faz sentido absolutamente nenhum.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o passo seguinte tem que ser bem refletido, como já foi referido mais do que uma vez. ----------

Sobre os pontos em discussão, o 18 e o 19, questiona se o Sr. Vereador está em condições de os poder votar, tal como estão, porque o próprio olha para o auto de receção, que diz que "os trabalhos estão executados conforme o projeto aprovado, não se verificando quaisquer deficiências ou falta de solidez, razão porque se considera estarem as obras de urbanização em condições de serem recebidas provisoriamente". ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que pensa que no caso do ponto 18 o jardim não está em condições, ou não estava, agora não sabe. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, perguntando ao Arqtº Nuno Santos se há algum problema do ponto ser adiado para a próxima reunião de câmara, para se verificarem as questões levantadas.----------

Interveio o Arqtº Nuno Santos, respondendo que quanto ao ponto 18, em particular, não. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que então se retira o ponto 18, para melhor avaliação. ----------

Crê que o ponto 19 não tem as mesmas questões, e pergunta ao Sr. Vereador se é isso. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não tem, mas já agora, porque é do mesmo promotor, inclusivamente do mesmo da parte de baixo da JB Fernandes, convinha em tudo o que ali está feito, que até levou na altura a uma autorização da câmara municipal para o atravessamento da EN10, e consequentemente completar um anel da rede que a câmara municipal tem, de sua propriedade, que começa na rotunda dos Caniços e termina naquele lado, que esse promotor tivesse que cumprir o que ficou acordado nesse despacho, nomeadamente a construção dos passeios e os acessos àquela zona, que estão por fazer. Volta também a chamar à atenção para a questão da paragem do autocarro, pois os trabalhadores que vão para aquela zona trabalhar não têm paragem de autocarro, em frente à Associação de Solidariedade Social de Apoio à família – ASSAF. Só têm paragem de chegada, não têm paragem de autocarro de saída. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador Rui Rei falou sobre esta matéria há uns tempos atrás, e já pediu para internamente se verificar se há alguma questão. Não se lembra, que faz falta, faz, mas não se lembra se há algum processo sobre isso. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que foi pedido por aquela empresa, e pelo presidente da junta, à época, porque era necessário fazer ali a paragem do autocarro, tal como é necessária, na Póvoa de Santa Iria, a paragem do autocarro, com as instalações que se fizeram, nomeadamente da Vodafone, pois são centenas de pessoas que fazem toda aquela zona a pé, mais de 3 km a pé, porque não têm uma paragem de autocarro, e os transportes públicos não vão à parte de baixo da Solvay, que neste momento é pública. ----------

Portanto, quando se faz o planeamento, tem que se dotar de infraestruturas de rede pública de transportes, e neste momento as pessoas não têm condição de acesso aos transportes públicos, e fazem aquele caminho todo para vir ao transporte público. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que com a desativação de parte da fábrica

da Solvay vai nascer outro projeto, que permitirá, assim espera, pelo menos é isso que está a ser estudado, a interligação entre a zona onde está a antiga fachada dos bombeiros, e fazer um arruamento paralelo à linha férrea, para interligar com a passagem superior. Portanto, terá todo o sentido que os transportes públicos circulem por essa zona.----------

Terminou, referindo que o ponto 18 é retirado da ordem do dia.----------

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.----------

1. Assunto: RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DA RAPOSEIRA – OLIVAL DOS CURRAIS – FORTE DA CASA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 80/14, de 22/12, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Raposeira, Olival dos Currais, no Forte da Casa, União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, cujo promotor é a Malonga – Construções, SA, bem como da redução da caução, no valor de 233 813,28€, para o valor de 30 000,00€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 80/14, de 22/12, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção provisória das obras de urbanização e planta de inserção, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   A análise deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 18 da ordem do dia. ------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 192 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 385/14, de 03/12, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 192 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por Nazaré Pequito, cabeça de casal da herança aberta por óbito de João Marques Batista. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 385/14, de 03/12, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 2014/12/03 - CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – LOTEAMENTO DA PANASQUEIRA I, FRAÇÃO "A" DO LOTE 39 – ALVERCA DO RIBATEJO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 398/14, de 18/12, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da retificação da deliberação tomada em 2014/12/03, relativa ao cancelamento da hipoteca legal a favor do município, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, sobre a fração "A" do lote 39 do loteamento Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, requerido por José Vicente dos Santos Reis, considerando que a situação da comparticipação individual no custo das infraestruturas do loteamento se encontra regularizada apenas para esta fração. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 398/14, de 18/12, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO DO MURO CAIS DA ZONA RIBEIRINHA DE VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO DE 15% DAS GARANTIAS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1716/14, de 10/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 10/11/2014, bem como da liberação de 15% da caução total, no valor de 4 748,18€, correspondente ao 3º ano completo decorrido desde a data da receção provisória da empreitada de requalificação urbana e recuperação do muro cais da zona ribeirinha de Vila Franca de Xira, adjudicada à SANESTRADAS, SA. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1716/14, de 10/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU prescindem de intervir neste ponto.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO DE 15% DAS GARANTIAS ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1719/14, de 10/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria datado de 10/11/2014, bem como da liberação de 15% da caução total, no valor de 4 735,15€, correspondente ao 3º ano completo decorrido desde a data da receção provisória da empreitada dos Jardins do Arroz, no passeio ribeirinho, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Santos Aparício, Lda.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1719/14, de 10/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a comunicação interna apresentada, no ponto 1.7, diz que "a 10/11/2014 foi realizada uma vistoria conjunta ao local, na qual esteve presente o representante do empreiteiro, não tendo sido detetados defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro. Foi assinalada a existência de algumas patologias, que não consistem em defeitos de execução e que não são imputáveis ao empreiteiro".----------
   A referida comunicação refere quais são as patologias, e vai ler apenas a primeira, que é a que está em causa: "Fissuras da camada final do betão branco da laje e pavimento, resultantes de definições do projeto". ----------
   Depois, no ponto 2.8, diz-se a que é que respeitam as patologias indicadas, e a primeira, que é aquela a que se reporta, respeita a situações relativas ao projeto de execução, que não é da autoria do empreiteiro.----------
   As patologias não são do empreiteiro, pelo que pressupõe que é do projeto.

Portanto, nestes casos ao projetista não são imputadas responsabilidades de custos? Então quem fica com esses prejuízos? É a câmara municipal, pelo que deduz desta situação, e seria conveniente realmente imputar os custos e as despesas ao empreiteiro. Parece que aqui a "culpa não morre solteira", porque é a câmara municipal que assume essas culpas, mas não sabe se está a analisar corretamente a situação. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que pensa que nestas patologias que são encontradas, quer do betão, quer a questão da madeira, quer a dos "leds", a câmara municipal deveria proceder às suas correções, e quando apresentasse isto à receção, embora o empreiteiro não seja responsável pelos atos de vandalismos, claramente, faria todo o sentido que existisse manutenção deste espaço. O que não é aceitável é que a câmara municipal não tenha feito manutenção ao longo deste tempo, de um projeto com a importância que a própria lhe atribuiu.----------

Quanto às questões da responsabilidade, no que há de responsabilidade do projetista, este tem que ser notificado e chamado à responsabilidade. Para si é claro, aliás sempre o disse, continua a dizer, e a legislação é muito clara nesse aspeto. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que há vários aspetos, tanto num caso, como noutro, sobretudo pelos apores que tanto ouviu dum lado e do outro. ----------

Há diversos tipos de análise sobre esta matéria. Em primeiro, a questão construtiva, que estava na empreitada, naquilo que foi contratualizado com o empreiteiro, e que ele fez de acordo com um projeto que lhe foi colocado e disponibilizado pela câmara municipal. Essa construção, naquilo que foi a análise feita pelos serviços, está feita e bem-feita. ----------

A outra questão é aquilo que parece ser deficiência de projeto numas juntas de dilatação, e inclusivamente não há continuidade relativamente ao próprio edifício. Há ali qualquer coisa, e já numa altura em que foi visitar a zona detetou-se que havia uma incongruência qualquer em termos de projeto. Portanto, há uma deficiência de projeto, o projetista já foi chamado a pronunciar-se, e naturalmente que vai ter que ainda se pronunciar mais, e provavelmente vai ter que encontrar soluções e que assumir essas mesmas soluções.----------

Outra coisa é o vandalismo. A manutenção existe, e quanto a esta questão dos "leds", foram substituídos ou reparados, mas foram quase todos substituídos numa semana, e na semana seguinte estavam todos partidos outra vez. Como é que se lida com uma coisa destas? ----------

Pensa que já não vale a pena pôr mais "leds" nenhuns, e custa-lhe muito, porque é a vitória de uns poucos em detrimento de muitos, que é a população em geral. Aquilo que costuma dizer é que a batalha faz-se "destruindo, reconstruindo, destruindo, reconstruindo", mas também cansa, e por outro lado, pior que isso, são empregues meios financeiros avultadíssimos, e não sabe bem como é que se há de resolver. ----------

A única coisa com que se vai avançar é a tentativa, outra vez, de videovigilância, que também é danificada, tentando-se minorar estas dificuldades. ----------

Aquilo que está em causa é a empreitada que foi contratualizada, que de acordo com a informação presente, e também com o que os técnicos avaliaram, e passando por lá vê-se, está bem-feita e de acordo com o projeto. Há outros problemas que não têm nada a ver com a empreitada em si, que têm que ser resolvidos de outra forma, pedindo responsabilidades ao empreiteiro. Depois, há as questões de atos de vandalismo, e tem que se ver como se vai fazer. Sinceramente pensa que não se vão voltar a pôr mais "leds", porque enquanto não houver videovigilância no local é um trabalho perdido, um trabalho inglório. ----------

Assim sendo, com estes esclarecimentos, o que está em causa, absorvendo e comungando das questões que foram colocadas, é a receção provisória desta empreitada. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, esclarecendo que o que está em causa é o auto de vistoria e a liberação dos 15% da garantia, no valor de 4 735,15€. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

---

---

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 806/14, de 18/12, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/12/04 e 2014/12/19.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 806/14, de 18/12, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento.----------

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Portaria nº 261/2014, de 16 de dezembro, I série, relativa à primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, aprovado pela Portaria nº 68/2013, de 15 de fevereiro; ----------

Portaria nº 263/2014, de 16 de dezembro, I série, que aprova o Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN; ----------

Portaria nº 265/2014, de 17 de dezembro, I série, que fixa o número máximo de estágios na edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local; --

Portaria nº 266/2014, de 17 de dezembro, I série, que determina os valores dos coeficientes das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário, e revoga a Portaria nº 281/2013, de 28 de agosto; ----------

Lei nº 79/2014, de 19 de dezembro, I série, que revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à segunda alteração à Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 158/2006, de 8 de agosto; ----------

Lei nº 80/2014, de 19 de dezembro, I série, que estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional; ----------

Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, I série, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis nºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio. ----------

Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados, pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/12/11 e 2014/12/22, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

3. Informações/pareceres:----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

26 pagamentos

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 132
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais ----------24 887 656,26€

   Dotações não Orçamentais ---------- 1 621 104,22€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais ---------- 4 068 016,95€

   Dotações não Orçamentais ----------624 283,76€

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

27 balancetes

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ROSA MARIA LOPES PACHECO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 456/14, de 01/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Rosa Maria Lopes Pacheco, a exercer funções de apoio jurídico à Divisão de Assuntos Jurídicos. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 456/14, de 01/12, do DGAFJ/DRH, 58/14, de 27/11, do DGAFJ/DAJ, e 104/14, de 11/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE TÉCNICO (VIGILANTE RECECIONISTA) - RECRUTAMENTO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 842/14, de 19/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento do candidato, Alberto Manuel Moutinho Meireles, posicionado na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente técnico (vigilante rececionista). ---
---
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 842/14, de 19/12, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 167/14, de 22/09, do Museu do Neorealismo, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA AUGUSTO TOSCANO BATALHA, Nº6, R/C DTO (ANTIGA RUA C, LOTE 16, R/C DTO), BAIRRO DA CHEPSI – PÓVOA DE SANTA IRIA – CHEPSI, CRL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 383/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 6, r/c dto (antiga rua C, lote 16, r/c dto), bairro da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 51 000,00€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 383/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "A", SITA NA RUA AUGUSTO TOSCANO BATALHA, Nº8, R/C DTO – PÓVOA DE SANTA IRIA – BANCO BARCLAYS BANK PLC ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 384/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "A", sita na rua Augusto Toscano Batalha, nº 8, r/c dto, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 51 000,00€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 384/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 137
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 858

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA PRACETA FERNANDO NAMORA, Nº 1, 2º ESQ – PÓVOA DE SANTA IRIA – JOÃO LUÍS DE ALMEIDA LOPES ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 382/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na praceta Fernando Namora, nº 1, 2º esq., na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 63 000,00€.--

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 382/14, de 16/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 138
Reunião de 2014/12/30
Procº _____
Deliberação nº 859

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA JOSÉ DIAS DA SILVA, Nº 70, 1º A, TORNEJANDO P/ A RUA ALMEIDA GARRETT Nº 84 – VILA FRANCA DE XIRA – DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 387/14, de 17/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua José Dias da Silva, nº 70, 1º A, tornejando p/ a rua Almeida Garrett nº 84, em Vila Franca de Xira, pelo valor de 64 800,00€. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 387/14, de 17/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntado se esta fração é ocupada por algum departamento público. ----------

   O Sr. Presidente interveio, respondendo que esta fração está a ser ocupada. Foi cedida em termos sociais, é uma habitação social. ----------

   Tomou a palavra a Sr.ª Vereadora Fátima Antunes, confirmando que sim. ----------

   O Sr. Presidente retomou a palavra, mencionando que está lá a viver uma família há alguns anos a esta parte. É uma habitação social, faz parte das habitações sociais do município.----------

   Interveio de novo o Sr. Vítor Silva, referindo que colocou a questão porque é a Direção-Geral do Tesouro e Finanças. ----------

   O Sr. Presidente interveio, esclarecendo, depois de verificar, que julgava que esta fração estava a ser ocupada em termos de habitação social, mas não tem nada a

ver com o que disse, é um mero exercício de direito de preferência. Estava a pensar noutra fração, que não é esta, mas é na mesma zona.----------
Aquilo que disse inicialmente não tinha sentido, não corresponde, é somente o não exercício do direito de preferência.----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se a fração está ocupada.----------
Respondeu o Sr. Presidente, dizendo que está devoluta.----------
Terminou, referindo que com este esclarecimento se está em condições de votar o ponto, que é aprovado por unanimidade. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: WORKSHOP INTEGRADO NA BF14 ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 177/14, de 12/11, do DEC/DCTPM, para aprovação da realização de um workshop integrado na BF14 – 13ª Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira, ministrado por formadores do Instituto Português de Fotografia, a realizar na Fábrica das Palavras nos dias 16, 17 e 18 de janeiro, com um valor de inscrição de 85,00€ por participante, que será na íntegra para o Instituto Português de Fotografia, parceiro do município. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 177/14, de 12/11, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

Assunto: FINAL DA REUNIÃO ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que para além de desejar um excelente ano, com muita saúde, a todos os presentes, ainda tem 5 minutos para responder a algumas questões que os Sr. Vereadores colocaram no período antes da ordem do dia, se estiverem com paciência. Se assim não for, passa as respostas para a próxima reunião de câmara, que será o melhor. ----------

Assim sendo, deu por terminada a reunião. ----------

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 13h55. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/02/11, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

---

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -

encerra